

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	11
DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	12
Demonstração de Valor Adicionado	13
Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	15

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	63
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	65
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	66

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	86.371
Preferenciais	0
Total	86.371
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2019	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		1,51319

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	59.771.516	58.628.963
1.01	Ativo Circulante	15.467.741	16.409.154
1.01.01	Disponibilidades	99.128	133.428
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.212.642	7.779.984
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	8.042.567	7.626.446
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	170.075	153.538
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	703.169	1.296.313
1.01.03.01	Carteira Própria	98.677	701.750
1.01.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	595.415	585.664
1.01.03.03	Vinculados a Prestação de Garantias	9.077	8.899
1.01.04	Relações Interfinanceiras	524.226	502.579
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	45.771	1.362
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	477.117	500.019
1.01.04.03	Correspondentes	1.338	1.198
1.01.06	Operações de Crédito	4.145.925	4.268.172
1.01.06.01	Setor Público	149.657	185.614
1.01.06.02	Setor Privado	4.280.612	4.429.321
1.01.06.03	(Provisões para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-284.344	-346.763
1.01.08	Outros Créditos	1.757.989	2.402.198
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	894.411	868.658
1.01.08.02	Rendas a Receber	18.503	15.938
1.01.08.03	Negociação e Intermediação de Valores	21	12
1.01.08.04	Diversos	856.096	1.528.319
1.01.08.05	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-11.042	-10.729
1.01.09	Outros Valores e Bens	24.662	26.480
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	12.935	15.868
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorizações)	-601	-632
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	12.328	11.244
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	44.112.831	42.026.807
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	37.041.893	35.077.031
1.02.02.01	Carteira Própria	35.260.253	33.398.598
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	1.334.701	1.238.171
1.02.02.03	Vinculados à Prestação de Garantias	446.939	440.262
1.02.03	Relações Interfinanceiras	71.602	70.581
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	71.602	70.581
1.02.05	Operações de Crédito	4.657.472	4.774.644
1.02.05.01	Setor Público	408.631	429.654
1.02.05.02	Setor Privado	4.549.677	4.615.157
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-300.836	-270.167
1.02.07	Outros Créditos	2.341.864	2.104.551
1.02.07.01	Diversos	2.369.656	2.132.399
1.02.07.02	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-27.792	-27.848
1.03	Ativo Permanente	190.944	193.002
1.03.01	Investimentos	1.591	1.591

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1.03.01.04	Outros Investimentos	6.877	6.877
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.286	-5.286
1.03.02	Imobilizado de Uso	169.405	171.463
1.03.02.01	Imóveis de Uso	172.933	169.752
1.03.02.02	Reavaliações de Imóveis de Uso	107.132	107.132
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	305.713	303.583
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-416.373	-409.004
1.03.04	Intangível	19.948	19.948
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	19.948	19.948

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	59.771.516	58.628.963
2.01	Passivo Circulante	14.625.716	16.288.477
2.01.01	Depósitos	6.555.245	6.750.628
2.01.01.01	Depósitos à Vista	294.897	328.683
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	2.308.247	2.433.765
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	1.563.309	1.559.993
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	2.388.792	2.428.187
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.451.642	1.372.662
2.01.02.01	Carteira Própria	1.324.627	1.227.897
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	127.015	144.765
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.345.497	1.311.459
2.01.03.01	Recursos Letras Imob. Hipotecárias, Crédito	154.177	162.276
2.01.03.02	Obrigs. p/Tits. e Vals. Mobiliários no Exterior	1.191.320	1.149.183
2.01.04	Relações Interfinanceiras	39.425	316
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	39.425	316
2.01.05	Relações Interdependências	9.484	8.108
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	9.400	7.996
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	84	112
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	903.325	900.437
2.01.06.01	Empréstimos no Exterior	903.325	900.437
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	106.533	131.908
2.01.07.01	Tesouro Nacional	271	162
2.01.07.02	BNDES	88.941	113.476
2.01.07.03	FINAME	17.321	18.270
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	166.901	168.656
2.01.09	Outras Obrigações	4.047.664	5.644.303
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Trib. e Assemelhados	54.682	1.477
2.01.09.02	Carteira de Câmbio	5.353	5.319
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	198.953	179.662
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	299.747	594.593
2.01.09.05	Negociação e Intermediação de Valores	152	153
2.01.09.06	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	992.787	2.357.803
2.01.09.07	Diversas	2.494.757	2.483.705
2.01.09.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.233	21.591
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	40.647.068	38.158.465
2.02.01	Depósitos	5.801.032	6.063.633
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	5.801.032	6.063.633
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	8.951	8.819
2.02.02.01	Carteira Própria	8.951	8.819
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.094.624	1.090.110
2.02.07.01	Tesouro Nacional	215	320
2.02.07.02	BNDES	1.050.661	1.041.974
2.02.07.03	FINAME	43.748	47.816
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	388.093	411.946
2.02.09	Outras Obrigações	33.354.368	30.583.957

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.09.04	Fiscais e Previdenciárias	148.817	98.078
2.02.09.06	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	25.815.514	23.114.932
2.02.09.07	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	2.413.197	2.369.446
2.02.09.08	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.000.000	1.000.000
2.02.09.09	Diversas	3.976.840	4.001.501
2.05	Patrimônio Líquido	4.498.732	4.182.021
2.05.01	Capital Social Realizado	2.844.000	2.844.000
2.05.03	Reservas de Reavaliação	11.592	11.592
2.05.04	Reservas de Lucro	2.277.391	2.277.391
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-852.450	-950.962
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	218.199	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2019 à 31/03/2019	Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.293.954	1.157.683
3.01.01	Operações de Crédito	495.403	440.949
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	692.008	666.858
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	30.110	-14.942
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	70.485	58.506
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	5.948	6.312
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-846.086	-801.692
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-286.904	-211.277
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-495.464	-488.230
3.02.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-63.718	-102.185
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	447.868	355.991
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-23.397	-128.863
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	616.012	585.157
3.04.02	Despesas de Pessoal	-501.097	-463.460
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-313.290	-309.559
3.04.04	Despesas Tributárias	-80.048	-76.971
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	587.901	565.667
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-332.875	-429.697
3.05	Resultado Operacional	424.471	227.128
3.06	Resultado Não Operacional	15.654	1.175
3.06.01	Receitas	16.281	3.065
3.06.02	Despesas	-627	-1.890
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	440.125	228.303
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-27.643	-124.350
3.09	IR Diferido	-108.740	10.874
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-17.303	-5.519
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	286.439	109.308
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	3,31638	1,26556

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	286.439	109.308
4.02	Outros Resultados Abrangentes	98.512	38.803
4.02.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	166.285	65.900
4.02.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	-67.374	-26.899
4.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	0	322
4.02.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	-145
4.02.05	Ganhos ou Perdas Atuariais	-399	-375
4.03	Resultado Abrangente do Período	384.951	148.111

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2019 à 31/03/2019	Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.667.610	2.703.176
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	502.378	585.104
6.01.01.01	Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período	286.439	109.308
6.01.01.02	Despesa de Depreciação e Amortização	8.075	8.197
6.01.01.03	Prov. Para Desv. De Outros Valores e Bens	-32	0
6.01.01.04	Provisão Líquida para Créditos de Liquidação Duvidosa	63.247	99.574
6.01.01.05	Provisão Líquida para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	471	2.612
6.01.01.06	Provisão Líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FNE)	96.834	239.574
6.01.01.07	Provisão Líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FDNE)	23	3
6.01.01.08	Provisão Líquida para Contingências	16.167	10.212
6.01.01.09	Provisão Líquida para Outras Contingências	6.479	17.402
6.01.01.10	Passivo Atuarial Benefícios Pós Emprego	66.433	64.559
6.01.01.11	Provisão Instrumento de Dívida Elegível a Capital	63.293	25.882
6.01.01.12	Atualização Instrumento de Dívida Elegível a Capital	2.625	3.061
6.01.01.13	Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	4.355	8.914
6.01.01.14	Ativo Fiscal Diferido	-108.740	-4.171
6.01.01.15	Reversão de Provisão para Perdas em Créditos Vinculados - SFH	-24	-23
6.01.01.16	Atualização Monetária de Depósitos Recursais	-3.267	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.165.232	2.118.072
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.213	-41.638
6.01.02.02	Relações Interfinanceiras e Interdependência	17.841	-100.092
6.01.02.03	Operações de Crédito	176.172	225.748
6.01.02.04	Outros Créditos	518.432	83.481
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	-1.173	3.056
6.01.02.06	Depósitos	-462.339	-50.118
6.01.02.07	Captação no Mercado Aberto	79.112	-48.419
6.01.02.08	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	34.038	-15.820
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimos e Repasses	-43.579	-76.273
6.01.02.10	Instrumentos Financeiros e Derivativos	-30.108	14.942
6.01.02.11	Outras Obrigações	915.735	2.246.582
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-40.112	-111.854
6.01.02.14	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	-11.523
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.266.050	-1.257.398
6.02.02	Inversões em Imobilizado de Uso	-6.241	-2.498
6.02.04	Inversões em Bens Não de Uso Próprio	-30	-67
6.02.06	Alienação (Baixa) de Imobilizado de Uso	224	892
6.02.08	Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	-1.263.056	-1.255.725
6.02.09	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	3.053	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.989	-1.471
6.03.01	Dividendos e Bonificações Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-1.989	-1.471
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	399.571	1.444.307

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.615.109	12.841.968
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.014.680	14.286.275

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	11.592	2.277.391	0	-950.962	4.182.021
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	11.592	2.277.391	0	-950.962	4.182.021
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	286.439	0	286.439
5.05	Destinações	0	0	0	0	-68.240	0	-68.240
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-68.240	0	-68.240
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	98.512	98.512
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	98.911	98.911
5.07.04	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-399	-399
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	11.592	2.277.391	218.199	-852.450	4.498.732

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	11.769	1.685.026	60.870	-850.954	3.750.711
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-12.479	0	-12.479
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	11.769	1.685.026	48.391	-850.954	3.738.232
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	109.308	0	109.308
5.05	Destinações	0	0	0	0	-19.373	0	-19.373
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-19.373	0	-19.373
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-177	0	177	38.626	38.626
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	39.001	39.001
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-177	0	177	0	0
5.07.05	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-375	-375
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	11.592	1.685.026	138.503	-812.328	3.866.793

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2019 à 31/03/2019	Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	2.116.928	1.777.800
7.01.01	Intermediação Financeira	1.293.954	1.157.683
7.01.02	Prestação de Serviços	616.012	585.157
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-63.718	-102.185
7.01.04	Outras	270.680	137.145
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-782.368	-699.507
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-296.383	-291.966
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-22.996	-20.257
7.03.02	Serviços de Terceiros	-160.261	-152.976
7.03.04	Outros	-113.126	-118.733
7.03.04.01	Processamento de Dados e Telecomunicações	-69.254	-69.317
7.03.04.02	Propaganda, Promoções e Publicações	-4.897	-8.390
7.03.04.03	Transportes	-6.867	-8.982
7.03.04.04	Segurança	-15.498	-14.034
7.03.04.05	Viagens	-3.698	-3.655
7.03.04.06	Outras	-12.912	-14.355
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.038.177	786.327
7.05	Retenções	-8.076	-8.197
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.076	-8.197
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.030.101	778.130
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.030.101	778.130
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.030.101	778.130
7.09.01	Pessoal	450.629	405.886
7.09.01.01	Remuneração Direta	312.989	273.999
7.09.01.02	Benefícios	115.545	111.273
7.09.01.03	F.G.T.S.	22.095	20.614
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	284.202	253.540
7.09.02.01	Federais	274.649	245.440
7.09.02.02	Estaduais	20	5
7.09.02.03	Municipais	9.533	8.095
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.831	9.396
7.09.03.01	Aluguéis	8.831	9.396
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	286.439	109.308
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	68.240	19.373
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	218.199	89.935

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

O BNB contratou o valor de R\$ 7,0 bilhões no primeiro trimestre de 2019, envolvendo 1.139.685 operações de empréstimos e financiamentos de operações de crédito, apresentando crescimentos de 0,6% na quantidade de operações e 10,8% no valor contratado em relação ao primeiro trimestre de 2018.

Os recursos envolvidos em operações de crédito de longo prazo foram, em sua maioria, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). No primeiro trimestre de 2019 foi contratado o montante de R\$ 4,5 bilhões com recursos do Fundo, tendo sido realizadas 90.452 operações, o que representa acréscimo de 10,5% no valor contratado e redução de 31,4% na quantidade de operações em relação ao mesmo período de 2018.

Por meio de seu programa de microcrédito produtivo orientado urbano, o Crediamigo, o BNB desembolsou R\$ 2,2 bilhões, contratando 1.003.417 operações no primeiro trimestre de 2019 em apoio aos microempreendedores de toda a sua área de atuação. Comparando-se com o primeiro trimestre de 2018, o BNB apresentou incrementos de 11,2% e 5,2%, respectivamente, no valor contratado e na quantidade de operações.

Já no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, o BNB contratou 80.970 operações de financiamento envolvendo recursos da ordem de R\$ 462,2 milhões em 2019, o que representa reduções de 33,6% no valor contratado e 36,7% na quantidade de operações, em relação ao primeiro trimestre de 2018. Dentro do Pronaf, o BNB opera o Agroamigo, programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural. Nesta modalidade foi contratado o valor de R\$ 394,4 milhões e um total de 78.453 operações.

No cômputo global do programa de microcrédito produtivo orientado do BNB, envolvendo o Crediamigo, para a área urbana, e o Agroamigo, para a área rural, foi desembolsado o montante de R\$ 2,6 bilhões no primeiro trimestre de 2019, contratando 1.081.870 operações em apoio aos micro empreendedores das zonas urbana e rural de toda a sua área de atuação. Esses resultados estão no mesmo patamar do primeiro trimestre de 2018 (crescimentos de 0,4% na quantidade de operações e 0,1% no valor contratado).

No tocante ao apoio às micro e pequenas empresas, o BNB contratou o montante de R\$ 731,1 milhões ao longo do primeiro trimestre de 2019, em 9.000 operações, apresentando crescimentos de 172,4% no valor e 94,5% na quantidade de operações.

Quanto ao resultado financeiro, o BNB apresentou lucro de R\$ 286,4 milhões, superando em 203,9% o resultado do primeiro trimestre de 2018 (lucro de R\$ 94,3 milhões).

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Trimestres findos em 31 de Março de 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 16- Outras Obrigações
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 17- Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 5- Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 22- Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 8- Relações Interfinanceiras - Créditos Vinculados	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 24- Benefícios Pós-Emprego
Nota 10- Outros Créditos	Nota 25- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 26- Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 12- Permanente	Nota 27- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas	Nota 28 - Partes Relacionadas
	Nota 29- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 30- Outras Informações
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

As Demonstrações Financeiras Intermediárias foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras Intermediárias do Banco, conforme abaixo:

Notas Explicativas

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária (Deliberação CVM nº 673, de 20.10.2011);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias do Banco é o Real. Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico. Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo o regime de competência, e considerando o critério *pro rata temporis*.

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Notas Explicativas

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em conta os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e B3 S.A (Brasil Bolsa Balcão);

2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na B3 S.A.; e

3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio, neste caso, o valor presente é apurado mediante fluxo de caixa descontado pela taxa de mercado, líquido do fator de risco e do desconto pela baixa liquidez, a exemplo das Letras Financeiras e Debêntures.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição, atualizado pelos rendimentos, é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários

g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de resultado. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela B3 S.A.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos IFD designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção e o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* (registrado como parte do seu valor contábil), são reconhecidos no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de riscos durante toda a operação, estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado, ou o fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge*, compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

Notas Explicativas

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

São classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por, no mínimo, cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas pelo custo e amortizadas à medida da realização dos serviços ou geração dos benefícios.

j) Permanente

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso: está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Intangível: composto pelos desembolsos para aquisição de direitos de *software* que, no momento, encontra-se em fase de implantação, com vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e terá amortização linear. Quando aplicável, será ajustado por perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

k) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 mil no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) à alíquota de 15%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

Os Ativos e Passivos Fiscais Diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego, provisões contingenciais (Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Outras), Rendas a Apropriar (RAP), provisão do Programa de Incentivo ao Desligamento (PID), ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e item objeto de *hedge*.

Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios definidos pela Resolução CMN n.º 3.059, de 20.12.2002 e Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002, esta última estabelecendo os procedimentos para reconhecimento e registro contábil, e estão suportados por estudo técnico elaborado semestralmente. Aplicam-se, também, as disposições normativas da CVM no que não conflitar com as normas emanadas do CMN e do Bacen.

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, além de plano de assistência médica e de seguro de vida em grupo, ambos do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

São reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério *pro rata die*.

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras Intermediárias quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras Intermediárias.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras Intermediárias, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

p) Dívidas Subordinadas

Estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado, divulgada pelo Bacen, quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

q) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados aos dividendos.

r) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras Intermediárias inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida, como também, para constituição e realização de Ativo/Passivo Fiscal Diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

Notas Explicativas

s) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

Reapresentação de Saldos Comparativos

O Banco alterou sua política contábil em relação ao reconhecimento dos créditos tributários sobre passivos contingentes, em 2018, que passaram a ser reconhecidos à medida que as projeções indiquem sua realização no prazo de 10 anos. Quanto aos créditos tributários sobre provisões atuariais, o Banco deixou de considerar o fluxo das contribuições estimadas nos próximos 10 anos como base de realização da parcela referente a perdas atuariais, bem como ajustou a base de cálculo do tributo diferido.

Conforme CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, recepcionado por meio da Resolução nº 4.007, do CMN, esses efeitos foram reconhecidos de forma retrospectiva e geraram os seguintes efeitos sobre os saldos de 31.03.2018, que estão sendo reapresentados:

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	31.03.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo Fiscal Diferido	(4.170)	15.044	10.874
Lucro Líquido	94.264	15.044	109.308
Lucro Líquido por Ação (Básico/Diluído) - em R\$	1,091	0,174	1,265

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	01.01.2018			31.03.2018		
	Original	Ajuste	Ajustado	Saldo Inicial ⁽¹⁾	Ajuste	Reapresentado
Patrimônio Líquido	3.542.037	208.674	3.750.711	3.850.793	16.000	3.866.793
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(998.758)	147.804	(850.954)	(813.284)	956	(812.328)
Ganhos ou Perdas Atuariais	-	-	-	(1.331)	956	(375)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	60.870	60.870	123.459	15.044	138.503

⁽¹⁾ Saldo Inicial é constituído pelo valor ajustado acrescido da movimentação do 1º trimestre de 2018.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	31.03.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Exercício	94.264	15.044	109.308
Variação nos Ativos e Passivos	2.133.116	(15.044)	2.118.072
Outros Créditos	99.481	(16.000)	83.481
Ajustes de Exercícios Anteriores	(12.479)	956	(11.523)

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	31.03.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	268.584	(15.044)	253.540
Federais	260.484	(15.044)	245.440
REMUNERAÇÃO DE CAPITALIS PRÓPRIOS	94.264	15.044	109.308
LUCROS RETIDOS NO PERÍODO	74.891	15.044	89.935

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	31.03.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucro Líquido	94.264	15.044	109.308
Outros Resultados Abrangentes	37.847	956	38.803
Ganhos ou Perdas Atuariais	(1.331)	956	(375)

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

- a)** Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
- b)** FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os períodos findos em 31.03.2019 e 31.03.2018.

A tabela a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total":

Especificação	01.01 a 31.03.2019			01.01 a 31.03.2018		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	1.118.878	778.631	1.897.509	994.422	730.103	1.724.525
Receitas de Operações de Crédito	495.403	-	495.403	440.949	-	440.949
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	292.131	399.877	692.008	263.285	403.573	666.858
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	30.110	-	30.110	(14.942)	-	(14.942)
Resultado de Operações de Câmbio	70.485	-	70.485	58.506	-	58.506
Resultado de Aplicações Compulsórias	5.948	-	5.948	6.312	-	6.312
Outras Receitas	224.801	378.754	603.555	240.312	326.530	566.842
Despesas	(440.614)	(504.287)	(944.901)	(416.280)	(625.651)	(1.041.931)
Despesas de Captação no Mercado	(286.904)	-	(286.904)	(211.277)	-	(211.277)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(89.992)	(405.472)	(495.464)	(102.818)	(385.412)	(488.230)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9.e e 20.g)	(63.718)	(98.815)	(162.533)	(102.185)	(240.239)	(342.424)
Provisão Proagro a Receber	-	-	-	-	-	-
Margem Financeira	678.264	274.344	952.608	578.142	104.452	682.594
Rendas de Prestação de Serviços	140.970	454.299	595.269	55.656	512.527	568.183
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	20.743	-	20.743	16.974	-	16.974
Pasep e Cofins	(30.449)	(39.829)	(70.278)	(27.997)	(40.701)	(68.698)
Resultado após Tarifas e Comissões	809.528	688.814	1.498.342	622.775	576.278	1.199.053
Despesas Administrativas			(814.387)			(773.019)
Despesas de Pessoal			(501.097)			(463.460)
Depreciação e Amortização			(8.076)			(8.197)
Outras Despesas Administrativas			(305.214)			(301.362)
Outras Despesas			(220.597)			(169.599)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(23.233)			(28.132)
Lucro antes da Tributação e Participações			440.125			228.303
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(136.383)			(113.476)
Participações no Lucro			(17.303)			(5.519)
Lucro Líquido			286.439			109.308

Notas Explicativas

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	31.03.2019	31.12.2018
Disponibilidades em Moeda Nacional	91.271	129.549
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	7.857	3.879
Total da Disponibilidade de Caixa	99.128	133.428
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	7.915.552	7.481.681
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	8.014.680	7.615.109

⁽¹⁾ Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	31.03.2019	31.12.2018
a) Aplicações no Mercado Aberto	8.042.567	7.626.446
Revendas a Liquidar	7.915.552	7.481.681
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	127.015	144.765
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	170.075	153.538
Aplicações em Moedas Estrangeiras	29.122	45.188
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	140.953	108.350
Total	8.212.642	7.779.984
Saldo de Curto Prazo	8.212.642	7.779.984

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	111.731	214.700
Posição Bancada	109.672	213.010
Posição Financiada	2.059	1.690
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	1.603	1.744
Total	113.334	216.444

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Títulos Disponíveis para Venda	31.03.2019									31.12.2018	
	Valor de Mercado					Vencimento Final	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias						
Títulos de Renda Fixa	13.000	-	134	5.231	36.376.591		36.692.719	36.394.956	(297.763)	35.065.997	(446.684)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	32.813.686	2020 a 2025	32.810.470	32.813.686	3.216	31.233.564	11.309
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	2.622.135	2050 a 2055	2.261.468	2.622.135	360.667	1.914.110	230.388
Letras Financeiras	-	-	-	-	842.416	2020 a 2022	878.481	842.416	(36.065)	1.807.566	(57.936)
Debêntures	13.000	-	-	5.206	94.997	2019 a 2041	701.588	113.203	(588.385)	107.133	(593.538)
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	3.287	2027	3.952	3.287	(665)	3.397	(688)
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	1993	36.508	-	(36.508)	-	(36.196)
Títulos da Dívida Agrária	-	-	134	25	70	2019 a 2022	252	229	(23)	227	(23)
Cotas de Fundos de Investimentos	447	-	-	-	-		2.052	447	(1.605)	431	(1.605)
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	-	Sem Vencimento	1.605	-	(1.605)	-	(1.605)
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	415	-	-	-	-	Sem Vencimento	415	415	-	400	-
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	32	-	-	-	-	Sem Vencimento	32	32	-	31	-
Títulos de Renda Variável	52.185	-	-	-	-		23.241	52.185	28.944	34.671	11.430
Outros Incentivos Fiscais – Finor	194	-	-	-	-	Sem Vencimento	109	194	85	171	62
Ações de Companhias Abertas	51.991	-	-	-	-	Sem Vencimento	23.132	51.991	28.859	34.500	11.368
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	-	9.077	446.939		456.501	456.016	(485)	449.161	(336)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	446.939	2020 a 2023	446.476	446.939	466	440.262	594
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	1993	924	-	(924)	-	(916)
Debêntures	-	-	-	9.077	-	2019	9.101	9.077	(24)	8.899	(14)
Total da Categoria	65.632	-	134	14.308	36.823.530		37.174.513	36.903.604	(270.909)	35.550.260	(437.195)
Crédito Tributário (Nota 21.c)									270.711		279.464
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)									(161.842)		(103.221)
Total do Ajuste a Valor de Mercado									(162.040)		(260.952)

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 274.915 (R\$ 270.805 em 31.12.2018); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 3.128 (R\$ 3.081 em 31.12.2018); Garantias em Processos Judiciais R\$ 149.662 (R\$ 147.388 em 31.12.2018); e Demais Garantias R\$ 28.311 (R\$ 27.887 em 31.12.2018).

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Os referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001. Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria "Títulos Disponíveis para Venda", encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes a Valor de Mercado", o valor de (R\$ 270.910) ((R\$ 437.195) em 31.12.2018). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a (R\$ 162.041) ((R\$ 260.952) em 31.12.2018).

Títulos Mantidos até o Vencimento	31.03.2019							31.12.2018	
	Valor de Custo				Vencimento final	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾
	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias					
Títulos de Renda Fixa	-	-	-	-	-	246.043	198.696	237.420	184.507
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	179.582	2030	179.582	132.235	176.986	124.073
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	14.302	-	2019	14.302	14.302	13.923	13.923
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	13.072	2023	13.072	13.072	12.981	12.981
Cotas Fundo Investimento Criatec III-	-	-	-	2.768	2025	2.768	2.768	2.289	2.289
FIP Brasil Agronegócios	-	-	13.378	-	2020	13.378	13.378	13.309	13.309
Nordeste III FIP	-	-	-	22.941	2023	22.941	22.941	17.932	17.932
Total da Categoria	-	-	27.680	218.363	-	246.043	198.696	237.420	184.507

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Notas Explicativas

- a.2)** No período, não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.
- a.3)** A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até as datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	111.731	214.700
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	1.603	1.744
Títulos de Renda Fixa	578.576	450.414
Títulos de Renda Variável	98	-
Total	692.008	666.858

c) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 31.03.2019, o Banco possui operações de *swap*, que se encontram registradas na B3 S.A., estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nominal) e o correspondente valor patrimonial nas contas "Diferencial a Pagar" e "Diferencial a Receber", conforme apresentado nos quadros a seguir:

Especificação	Composição em 31.03.2019								31.12.2018
	Valor Nocial	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido	Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo		
Posição Ativa									
Moeda Estrangeira (Dólar)	578.615	595.415	1.233	595.415	-	-	1.233	1.233	21.591
Posição Passiva									
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	578.615	595.415	1.233	595.415	-	-	1.233	1.233	21.591
Provisão para Crédito tributário (Nota 21.c)								493	8.637

Especificação	31.03.2019		31.12.2018	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	595.415	1.233	-	-
3 a 12 meses	-	-	585.664	21.591
1 a 3 anos	-	-	-	-
Total	595.415	1.233	585.664	21.591

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	31.03.2019					31.12.2018
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI		
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.189.610	594.195	1.188.377	594.195	(1.233)	(21.591)
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	1.189.610		1.188.377		(1.233)	(22.460)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)					(493)	(8.984)

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 2.943 (R\$ 1.150 em 31.12.2018) sobre os juros da operação.

Notas Explicativas

As operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas ao *hedge* foram avaliadas como efetivas na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

Especificação	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
<i>Swap</i>	30.110	(14.942)
Total	30.110	(14.942)

NOTA 8 – Créditos Vinculados**a) Créditos Vinculados**

Especificação	31.03.2019			31.12.2018		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios	467.446	-	467.446	486.835	-	486.835
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	9.671	-	9.671	13.184	-	13.184
Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	79.903	(8.301)	71.602	78.858	(8.277)	70.581
Total	557.020	(8.301)	548.719	578.877	(8.277)	570.600
Saldo de Curto Prazo	477.117	-	477.117	500.019	-	500.019
Saldo de Longo Prazo	79.903	(8.301)	71.602	78.858	(8.277)	70.581

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	4.928	5.347
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	1.045	988
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	(25)	(23)
Total	5.948	6.312

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas**a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito**

Especificação	31.03.2019		31.12.2018	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	9.388.577	(585.180)	9.659.746	(616.930)
Curto Prazo	4.430.269	(284.344)	4.614.935	(346.763)
Longo Prazo	4.958.308	(300.836)	5.044.811	(270.167)
Outras Rubricas com Características de Crédito	917.875	(11.042)	883.584	(10.729)
Curto Prazo	900.714	(11.042)	880.453	(10.729)
Longo Prazo	17.161	-	3.131	-
Total	10.306.452	(596.222)	10.543.330	(627.659)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	31.03.2019	31.12.2018
Adiantamentos a Depositantes	363	160
Empréstimos	4.317.428	4.460.331
Títulos Descontados	10.075	12.704
Financiamentos	1.546.015	1.540.865
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	5.034	10.616
Financiamentos Agroindustriais	5.728	5.965
Financiamentos Rurais	1.316.788	1.366.030
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	2.187.146	2.263.075
Subtotal de Operações de Crédito	9.388.577	9.659.746
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	21.524	11.787
Devedores por Compra de Valores e Bens	15.806	662
Títulos e Créditos a Receber (Nota 10.d)	47.872	51.269
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾ (Nota 11.a)	832.673	819.866
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	917.875	883.584
Total	10.306.452	10.543.330

⁽¹⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

Notas Explicativas**a.2) Receitas de Operações de Crédito**

Especificação	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
Empréstimos e Títulos Descontados	277.383	216.340
Financiamentos	130.394	123.022
Financiamentos Agroindustriais	257	357
Financiamentos Rurais	57.428	69.609
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	29.941	31.621
Total	495.403	440.949

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento**b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾**

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.03.2019	Total em 31.12.2018
Rural	2.914	535	4.069	13.503	29.329	1.232.091	1.282.441	1.293.076
Indústria	26.885	58.489	43.250	167.746	604.959	1.490.339	2.391.668	2.381.250
Governo	24.923	11.259	11.259	58.514	43.701	408.631	558.287	615.268
Outros Serviços	106.203	99.145	79.414	186.308	244.841	1.553.856	2.269.767	2.308.207
Comércio	764.815	669.056	533.383	880.169	280.496	134.477	3.262.396	3.395.694
Intermediários Financeiros	59	60	60	184	368	11.625	12.356	632
Habitação	-	-	-	-	-	-	-	157
Pessoas Físicas	24.451	11.239	7.600	14.012	11.972	9.829	79.103	83.739
Total 31.03.2019	950.250	849.783	679.035	1.320.436	1.215.666	4.840.848	9.856.018	
Total 31.12.2018	953.785	874.408	711.446	1.281.809	1.384.987	4.871.588	953.785	10.078.023

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias**b.2) Créditos em Atraso**

Parcelas Vencidas								
Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.03.2019	Total em 31.12.2018
Rural	28	3	80	16	407	1.684	2.218	39.791
Indústria	1.508	1.423	1.393	4.632	8.384	14.617	31.957	36.626
Outros Serviços	6.176	5.202	4.727	12.404	18.561	52.847	99.917	87.010
Comércio	20.178	12.277	8.733	15.735	19.097	64.542	140.562	131.358
Intermediários Financeiros	1	1	1	4	9	24	40	45
Pessoas Físicas	274	234	198	622	765	1.263	3.356	2.851
Total 31.03.2019	28.165	19.140	15.132	33.413	47.223	134.977	278.050	
Total 31.12.2018	21.114	15.545	12.691	28.392	43.188	176.751		297.681

Parcelas Vencidas									
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias ⁽¹⁾	Total em 31.03.2019	Total em 31.12.2018
Rural	1	129	7	174	1.091	461	35.996	37.859	39.126
Indústria	585	1.151	1.128	765	1.720	1.051	-	6.400	7.169
Outros Serviços	3.046	3.547	4.599	3.471	9.297	7.672	79	31.711	28.819
Comércio	12.483	12.414	13.296	9.273	19.199	22.151	158	88.974	84.726
Intermediários Financeiros	1	-	1	1	3	-	-	6	27
Pessoas Físicas	47	702	961	768	1.558	3.386	12	7.434	7.759
Total 31.03.2019	16.163	17.943	19.992	14.452	32.868	34.721	36.245	172.384	
Total 31.12.2018	14.772	13.229	17.966	13.816	31.026	39.277	37.540		167.626

⁽¹⁾ Incluem os valores referentes às operações de crédito contratadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26.02.1998 e classificadas no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial.**c) Composição das Operações por Níveis de Risco**

Nível de Risco	31.03.2019				31.12.2018			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.524.001	-	3.524.001	-	3.722.942	-	3.722.942	-
A	4.635.547	-	4.635.547	(23.178)	4.696.442	-	4.696.442	(23.482)
B	569.530	51.508	621.038	(6.210)	714.345	29.577	743.922	(7.439)
C	692.985	44.276	737.261	(22.118)	529.726	30.253	559.979	(16.799)
D	158.519	29.754	188.273	(18.827)	158.894	24.218	183.112	(18.311)
E	20.929	35.059	55.988	(16.796)	32.733	28.424	61.157	(18.347)
F	13.286	32.305	45.591	(22.795)	13.275	24.010	37.285	(18.642)
G	13.754	27.766	41.520	(29.065)	16.302	29.876	46.178	(32.326)
H	227.467	229.766	457.233	(457.233)	193.364	298.949	492.313	(492.313)
Total	9.856.018	450.434	10.306.452	(596.222)	10.078.023	465.307	10.543.330	(627.659)

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

Notas Explicativas**d) Movimentação da Provisão no Período**

Especificação	31.03.2019	31.12.2018
Saldo Inicial da Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	627.659	950.848
(+) Constituição/(Reversão) de Provisão no Período	63.774	460.408
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(95.211)	(783.597)
(=) Provisão Líquida para Perdas da Carteira de Crédito	596.222	627.659
Saldo Inicial da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	27.848	27.238
(+) Constituição de Provisão no Período	-	834
(-) Reversão de Provisão no Período	(56)	(224)
(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.e)	27.792	27.848
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	624.014	655.507

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	63.247	99.574
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	527	2.555
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	63.774	102.129
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	-	56
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(56)	-
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 4)	63.718	102.185

f) Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	31.03.2019		31.12.2018	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Outras Fianças Bancárias	450	-	450	-
Setor Público	24.476.090	(2.934.898)	24.029.174	(2.990.936)
FDNE (Notas 16.i e 22.f.2)	13.848	(1.246)	131.323	(1.222)
FNE (Notas 16.i e 22.f.2)	24.324.427	(2.933.645)	23.887.363	(2.989.707)
Proagro (Notas 16.i e 22.f.2)	17.815	(7)	10.488	(7)

g) Concentração de Crédito

Especificação	31.03.2019		31.12.2018	
	Saldo	% da Carteira	Saldo	% da Carteira
10 Maiores devedores	2.051.593	19,91	2.079.899	19,73
50 maiores devedores	4.275.389	41,48	4.340.102	41,16
100 maiores devedores	4.873.798	47,29	4.942.422	46,88

- h)** No 1º trimestre de 2019, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 29.941 (R\$ 31.621 em 31.03.2018) e as renegociações totalizaram R\$ 565.690 (R\$ 67.594 em 31.03.2018).

Notas Explicativas

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	31.03.2019	31.12.2018
a) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	894.411	868.658
b) Rendas a Receber	18.503	15.938
c) Negociação e Intermediação de Valores	21	12
d) Diversos	3.225.752	3.660.718
Créditos Tributários sobre PCLD, Rap, Provisões Contingenciais e PID (Nota 21.c)	1.216.885	1.322.540
Créditos Tributários sobre Provisões Atuariais (Nota 21.c)	896.364	891.040
Créditos Tributários sobre TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de <i>Hedge</i> (Notas 7.a.2, 7.c e 21.c)	271.204	288.101
Devedores por Depósitos em Garantia	415.176	410.721
Impostos e Contribuições a Compensar	90.092	356.473
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber (Nota 9.a.1)	47.872	51.269
Adiantamentos e Antecipações Salariais	37.880	1.986
Pagamentos a Ressarcir	2.937	2.409
Valores a Receber Bônus Rebate	92.016	85.167
Outros Valores	128.578	224.264
e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(38.834)	(38.577)
Com Características de Concessão de Crédito	(11.042)	(10.729)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(27.792)	(27.848)
Total	4.099.853	4.506.749
Saldo de Curto Prazo	1.757.989	2.402.198
Saldo de Longo Prazo	2.341.864	2.104.551

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	31.03.2019	31.12.2018
Ativo – Outros Créditos (Nota 10.a)	894.411	868.658
Câmbio Comprado a Liquidar	870.788	856.751
Direitos sobre Vendas de Câmbio	3.258	5.354
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(1.158)	(5.233)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	21.523	11.786
Ativo Circulante (Nota 10.a)	894.411	868.658
Passivo – Outras Obrigações (Nota 16.b)	5.353	5.319
Obrigações por Compras de Câmbio	834.813	819.866
Câmbio Vendido a Liquidar	3.212	5.318
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(832.673)	(819.866)
Outros Valores	1	1
Passivo Circulante (Nota 16.b)	5.353	5.319

b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
Rendas de Câmbio	70.619	58.779
Despesas de Câmbio	(134)	(273)
Total	70.485	58.506

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2018	01.01.2019 a 31.03.2019		31.03.2019	
	Saldo Contábil	Movimentações		Valor de Custo	Saldo Contábil
		Adições	Baixas		
Ações e Cotas	331	-	-	331	331
Bens Artísticos e Valiosos	1.260	-	-	1.260	1.260
Total	1.591	-	-	1.591	1.591

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2018	01.01.2019 a 31.03.2019			31.03.2019		
	Saldo Contábil	Movimentações			Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Baixas	Depreciação			
Edificações	67.584	3.181	-	(1.220)	262.489	(192.944)	69.545
Sistema de Processamento de Dados	49.942	1.105	(145)	(4.733)	173.400	(127.231)	46.169
Móveis e Equipamentos de Uso	27.205	1.476	(74)	(1.344)	80.146	(52.883)	27.263
Terrenos	17.576	-	-	-	17.576	-	17.576
Instalações	3.413	386	(3)	(230)	19.292	(15.726)	3.566
Sistema de Comunicação	38	47	-	(3)	301	(219)	82
Sistema de Segurança	5.469	46	(2)	(311)	18.242	(13.040)	5.202
Sistema de Transporte	236	-	-	(234)	14.332	(14.330)	2
Total	171.463	6.241	(224)	(8.075)	585.778	(416.373)	169.405

c) Intangível

Especificação	31.12.2018	01.01.2019 a 31.03.2019			31.03.2019	
	Saldo Contábil	Movimentações			Valor de Custo	Saldo Contábil
		Adições	Baixas	Amortização		
Gastos com Intangíveis em Elaboração ⁽¹⁾	19.948	-	-	-	19.948	19.948
Total	19.948	-	-	-	19.948	19.948

⁽¹⁾ O saldo contém o custo de aquisição de licença para uso de software ERP. No exercício, não houve indícios de perda por redução ao valor recuperável do Ativo.

No primeiro trimestre de 2019 e no exercício de 2018, não houve *impairment* sobre o Ativo Permanente.

NOTA 13 – Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas

a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.03.2019	Total em 31.12.2018
Depósitos a Vista	294.897	-	-	-	-	-	294.897	328.683
Depósitos de Poupança	2.308.247	-	-	-	-	-	2.308.247	2.433.765
Depósitos Interfinanceiros	813.309	750.000	-	-	-	-	1.563.309	1.559.993
Depósitos a Prazo	1.169.902	1.218.890	3.476.329	1.228.876	1.066.138	29.689	8.189.824	8.491.820
Depósitos a Prazo	817.812	1.196.573	1.767.993	1.145.096	947.884	29.689	5.905.047	6.268.746
Depósitos Judiciais com Remuneração	346.364	-	-	-	-	-	346.364	338.746
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	1.267	1.692.008	83.780	83.780	-	1.860.835	1.774.562
FAT Recursos Disponíveis	1.934	5.561	5.434	-	-	-	12.929	29.249
FAT Recursos Aplicados	3.792	10.908	10.894	-	-	-	25.594	36.905
Outros	-	4.581	-	-	34.474	-	39.055	43.612
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.203.224	142.273	-	-	-	-	1.345.497	1.311.459
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	1.191.320	-	-	-	-	-	1.191.320	1.149.183
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	11.904	142.273	-	-	-	-	154.177	162.276
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	2.413.197	2.413.197	2.369.446
Total em 31.03.2019	5.789.579	2.111.163	3.476.329	1.228.876	1.066.138	3.442.886	17.114.971	
Total em 31.12.2018	4.005.491	4.056.596	3.938.740	1.061.156	1.036.782	3.396.401		17.495.166

Notas Explicativas

b) Depósitos

Especificação	31.03.2019	31.12.2018
Depósitos a Vista	294.897	328.683
Depósitos de Governos	6.376	6.039
Depósitos Vinculados	127.735	136.476
Pessoas Jurídicas	129.912	153.133
Pessoas Físicas	29.425	32.647
Outros Valores	1.449	388
Depósitos de Poupança	2.308.247	2.433.765
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.550.537	1.580.066
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	756.845	852.933
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	865	766
Depósitos Interfinanceiros	1.563.309	1.559.993
Depósitos a Prazo	8.189.824	8.491.820
Depósitos a Prazo	5.905.047	6.268.746
Depósitos Judiciais com Remuneração	346.364	338.746
Outros Depósitos a Prazo	1.938.413	1.884.328
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Notas 26 e 28)	38.523	66.154
Recursos Disponíveis (Nota 26)	12.929	29.249
Proger Urbano	193	9.360
Protrabalho	4.174	1.778
Infraestrutura	-	1.286
PNMPO	8.562	16.825
Recursos Aplicados (Nota 26)	25.594	36.905
Proger Urbano	21	190
Protrabalho	18.738	22.196
Infraestrutura	-	-
PNMPO	6.835	14.519
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos (Lei nº 8.167/91)	1.860.835	1.774.562
Outros Valores	39.055	43.612
Total	12.356.277	12.814.261
Saldo de Curto Prazo	6.555.245	6.750.628
Saldo de Longo Prazo	5.801.032	6.063.633

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	31.03.2019	31.12.2018
Carteira Própria	1.333.578	1.236.716
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.333.578	1.236.716
Carteira de Terceiros	127.015	144.765
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	127.015	144.765
Total	1.460.593	1.381.481
Saldo de Curto Prazo	1.451.642	1.372.662
Saldo de Longo Prazo	8.951	8.819

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
Despesas de Captações	(265.064)	(195.747)
Depósitos a Prazo	(89.155)	(82.358)
Depósitos de Poupança	(21.073)	(20.401)
Depósitos Judiciais	(4.355)	(8.914)
Depósitos Interfinanceiros	(10.290)	(10.512)
Depósitos Especiais	(26.232)	(27.642)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(111.277)	(42.876)
Outros Depósitos	(2.682)	(3.044)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(21.840)	(15.530)
Carteira de Terceiros	(2.059)	(1.690)
Carteira Própria	(19.781)	(13.840)
Total	(286.904)	(211.277)

Notas Explicativas

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.03.2019	Total em 31.12.2018
Empréstimos no Exterior	125.487	777.838	-	-	-	-	903.325	900.437
Repasses do País	31.388	75.145	291.358	313.800	454.411	35.055	1.201.157	1.222.018
Repasses do Exterior	57.896	109.004	163.578	163.746	60.770	-	554.994	580.602
Total em 31.03.2019	214.771	961.988	454.935	477.546	515.181	35.055	2.659.476	-
Total em 31.12.2018	190.074	1.010.927	472.715	492.940	498.921	37.480		2.703.057
Saldo de Curto Prazo							1.176.759	1.201.001
Saldo de Longo Prazo							1.482.717	1.502.056

b) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2019	31.12.2018
Tesouro Nacional	IGP - 7 + 2,00	486	482
BNDES	Pré 1,5 a 11,10 TJLP 0,00 a 4,00 IPCA 9,41	1.139.602	1.155.450
Programa de Operações Conjuntas (POC)	Varição Cambial 2,00 a 4,00	759.494	767.975
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola		380.108	387.475
Finame	Pré 1,5 a 7,00 TJLP 0,00 a 4,00 IPCA 9,41	61.069	66.086
Programa Automático	Varição Cambial 2,00 a 4,00	40.119	44.393
Programa Agrícola		20.950	21.693
Total (Nota 28.a.1)		1.201.157	1.222.018
Saldo de Curto Prazo		106.533	131.908
Saldo de Longo Prazo		1.094.624	1.090.110

c) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2019	31.12.2018
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	903.325	900.437
Total		903.325	900.437
Saldo de Curto Prazo		903.325	900.437

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2019	31.12.2018
BID-Prodetur I	USD + 4,51	114.281	112.392
BID-Prodetur II	USD + 3,78	435.484	462.387
BID-Outros Programas	USD + 3,78	5.229	5.823
Total		554.994	580.602
Saldo de Curto Prazo		166.901	168.656
Saldo de Longo Prazo		388.093	411.946

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01. a 31.03.2019	01.01. a 31.03.2018
Despesas de Obrigações por Repasses	(62.256)	(68.800)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(20.605)	(33.144)
Tesouro Nacional	(5)	(6)
BNDES	(20.015)	(32.171)
Finame	(585)	(967)
Despesas de Repasses do Exterior	(41.651)	(35.656)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(63.656)	(52.423)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(369.552)	(367.007)
Total	(495.464)	(488.230)

Notas Explicativas

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 31.03.2019 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.03.2019 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.12.2018 ⁽²⁾
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	1.192.553	1.191.320	1.149.183
Total					1.192.553	1.191.320	1.149.183
Saldo de Curto Prazo						1.191.320	1.149.183
Saldo de Longo Prazo						-	-

⁽¹⁾ As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.

Conforme Nota 7.c.1, as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

b) Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	31.03.2019	31.12.2018
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) ⁽¹⁾	81,21 CDI	151.244	154.177	162.276
Saldo de Curto Prazo			154.177	162.276
Saldo de Longo Prazo			-	-

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 220 dias.

Notas Explicativas

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	31.03.2019	31.12.2018
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	54.682	1.477
Recursos do Proagro	341	227
Recebimento de Tributos Federais	52.205	35
IOF a Recolher	584	783
Outros Tributos e Assemelhados	1.552	432
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	5.353	5.319
c) Sociais e Estatutárias	198.953	179.662
Dividendos e Bonificações a Pagar	133.406	131.418
Participações nos Lucros	65.547	48.244
d) Fiscais e Previdenciárias	448.564	692.671
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	331.177	278.499
TVM e IFD (Nota 21.d)	161.842	103.221
Decorrentes de Créditos Recuperados e Item Objeto de <i>Hedge</i> (Nota 21.d)	169.335	175.278
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)	33.585	310.412
Imposto de Renda	20.516	166.581
Contribuição Social	13.069	143.831
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	83.802	103.760
e) Negociação e Intermediação de Valores	152	153
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	26.808.301	25.472.735
FNE (Nota 28.a.1)	25.932.444	24.585.592
Outros Valores	875.857	887.143
g) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 17 e 28.a.1)	1.000.000	1.000.000
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Notas 18 e 28.a.1)	2.413.197	2.369.446
i) Diversas	6.471.597	6.485.206
Provisão para Contingências	486.018	401.730
Trabalhistas (Nota 22.f.1.ii)	220.251	206.531
Cíveis (Nota 22.f.1.iii)	148.376	146.964
Fiscais	10.620	-
Outras Causas Fiscais (Nota 22.f.1.i)	5.475	15.769
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	68.240	-
Outras (Nota 22.f.1.iv)	33.056	32.466
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 22.f.2)	2.934.898	2.990.936
FNE (Nota 9.f)	2.933.645	2.989.707
Repasse	984	1.017
Risco Integral BNB	60.852	59.135
Risco Compartilhado	2.871.809	2.929.555
FDNE (Nota 9.f)	1.246	1.222
Proagro (Nota 9.f)	7	7
Passivos Atuariais	2.240.910	2.227.601
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Notas 24.f e 28.a.2)	601.324	606.070
Plano de Assistência Médica (Notas 24.f e 28.a.2)	1.490.405	1.474.370
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Notas 24.f e 28.a.2)	149.181	147.161
Provisão para Pagamentos a Efetuar	570.267	505.807
Despesa de Pessoal	241.016	249.489
Outros Valores	89.851	82.836
Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	239.400	173.482
Outros Valores	239.504	359.132
Total	37.400.799	36.206.669
Saldo de Curto Prazo	4.046.431	5.622.712
Saldo de Longo Prazo	33.354.368	30.583.957

NOTA 17 – Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (IECP)

Em 19.01.2016, o Banco e a União Federal celebraram contrato de mútuo, no valor de R\$ 1.000.000, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no artigo 16 da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31.12.2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20.02.2014, todas do CMN.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Notas Explicativas

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Bacen.

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.03.2019	31.12.2018
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 16.g e 28.a.1)	1.000.000	Rentabilidade sobre PL	19.01.2016	1.000.000	1.000.000
Saldo de Longo Prazo				1.000.000	1.000.000

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	31.03.2019	31.12.2018
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) ⁽¹⁾	2.413.197	2.369.446
Recursos disponíveis	1.441.246	1.379.634
Recursos aplicados	971.951	989.812
Total (Notas 16.h e 28.a.1)	2.413.197	2.369.446

⁽¹⁾ São constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000 de, respectivamente, 20.07.2009 e 01.03.2010.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 2.844.000 (R\$ 2.844.000 em 31.12.2018), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Especificação	31.03.2019		31.12.2018	
	Quantidade das Ações	% do Capital	Quantidade das Ações	% do Capital
Acionistas				
União Federal	47.896.415	55,45	44.049.447	51,00
FI CAIXA FGEDUC MULTIMERCADO	30.205.568	34,97	30.205.568	34,97
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.215.800	7,20	6.217.900	7,20
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	-	-	3.846.968	4,45
Outros	2.053.681	2,38	2.051.581	2,38
Total	86.371.464	100,00	86.371.464	100,00

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25.04.2019, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 969.000, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias - Reserva para Margem Operacional, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 2.844.000 para R\$ 3.813.000, representado por 86.371.464 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, integralizadas. O aumento de capital será submetido à homologação do Banco Central.

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 11.592 (R\$ 11.592 em 31.12.2018) refere-se ao saldo da reserva de reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008, do CMN. No 1º trimestre não houve realização de reserva; em 31.12.2018, o valor de realização, R\$ 177, foi transferido para Lucros ou Prejuízos Acumulados.

c) Dividendos/JCP

Por meio da Assembleia Geral Ordinária realizada em 25.04.2019, foi aprovada a distribuição de Dividendos complementares do exercício findo em 31.12.2018, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), no montante de R\$ 131.487.

No trimestre, houve a constituição de Dividendos, sob a forma de JCP, no importe de R\$ 68.240 (R\$ 19.373 no 1º trimestre de 2018).

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Especificação	31.03.2019	31.12.2018
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para a Venda ⁽¹⁾	98.911	68.325
Ganhos e Perdas Atuariais (Benefícios Pós-Emprego) ⁽¹⁾	(399)	(168.333)
Ajuste de Avaliação Patrimonial⁽¹⁾	98.512	(100.008)

⁽¹⁾ líquido dos efeitos tributários

Notas Explicativas

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.01. a 31.03.2019	01.01. a 31.03.2018
a) Receitas de Prestação de Serviços	595.269	568.183
Administração de Fundos de Investimentos	12.556	9.324
Administração de Fundos e Programas	460.126	456.183
Prestação de Serviços	122.587	102.676
b) Rendas de Tarifas Bancárias	20.743	16.974
c) Despesas de Pessoal	(501.097)	(463.460)
Proventos	(291.979)	(264.514)
Encargos Sociais	(99.558)	(94.605)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(28.563)	(25.310)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(35.044)	(36.661)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(3.145)	(2.852)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(42.808)	(39.518)
d) Outras Despesas Administrativas	(313.290)	(309.559)
Processamento de Dados	(63.431)	(63.559)
Propaganda e Publicidade	(1.123)	(5.554)
Serviços de Terceiros ⁽¹⁾	(143.336)	(138.220)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(19.415)	(17.795)
Viagens	(3.698)	(3.655)
Comunicações	(5.823)	(5.758)
Depreciação e Amortização	(8.076)	(8.197)
Manutenção e Conservação de Bens	(12.412)	(11.858)
Vigilância, Segurança e Transporte	(22.365)	(23.016)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(3.774)	(2.836)
Serviços do Sistema Financeiro	(8.293)	(6.888)
Serviços Técnicos Especializados	(8.632)	(7.868)
Seguros	(1.107)	(452)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(7.463)	(9.618)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(867)	(443)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(1.614)	(1.405)
Outros Valores	(1.861)	(2.437)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.e)	(80.048)	(76.971)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(70.298)	(68.698)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(8.820)	(7.449)
Outros Valores	(930)	(824)
f) Outras Receitas Operacionais	587.901	565.667
"Del credere" de Fundos Administrados	378.822	327.900
Variação Cambial Negativa de Empréstimos	85.160	69.563
Variação Cambial Negativa Despesa de Captação	66.870	43.680
Variação Cambial Negativa Reclasseif Despesa Obrigação do Fundo Financeiro de Desenvolvimento	3.019	2.187
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	1.980	665
Recuperação de Encargos e Despesas	1.148	1.140
Reversão de Provisões Operacionais	13.603	4.381
Juros e Comissões	807	323
Correção Monetária	196	331
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	29.669	111.473
Outros Valores	6.627	4.024
g) Outras Despesas Operacionais	(332.875)	(429.697)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(663)	(493)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(85.236)	(67.967)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(1.050)	(16)
Descontos Concedidos em Renegociações	(6.438)	(19.213)
Encargos de Operações de Crédito	(3.060)	(1.877)
Riscos Fiscais	(332)	(1.134)
Riscos com Operações do FNE	(98.815)	(240.239)
Riscos com Operações do FDNE	(24)	(3)
Causas Trabalhistas	(15.835)	(9.595)
Causas Cíveis	(6.227)	(16.651)
Outras Causas	(839)	(752)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (IECP)	(63.294)	(25.882)
Atualização Monetária do IECP	(2.625)	(3.061)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(20.157)	(25.810)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(23.594)	(12.103)
Outros Valores	(4.686)	(4.901)
Total	(23.397)	(128.863)

⁽¹⁾ Contém despesas do 1º trimestre de 2019, no valor de R\$ 121.916 (R\$ 118.215 em 31.03.2018), em favor do Instituto Nordeste Cidadania (INEC); trata-se de OSCIP que presta serviços, substancialmente, ao Banco, por meio dos Termos de Parceria para operacionalização dos programas de microcrédito produtivo orientado urbano e rural, em conformidade com as disposições da Lei nº 9.790 de 23.03.1999.

Notas Explicativas

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018 (Reapresentado)	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018 (Reapresentado)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	440.125	228.303	440.125	228.303
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(17.303)	(5.519)	(17.303)	(5.519)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	-	(19.373)	-	(19.373)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos JCP	422.822	203.411	422.822	203.411
Adições/Exclusões Permanentes	(79.025)	(15.194)	(79.123)	(15.481)
Adições/Exclusões Temporárias	(256.571)	91.851	(256.571)	91.851
Resultado Tributável	87.226	280.068	87.128	279.781
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(21.800)	(70.011)	(13.069)	(55.956)
Deduções (Incentivos Fiscais)	1.284	2.960	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	-	80	-	64
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(20.516)	(66.971)	(13.069)	(55.892)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	3.714	(1.168)	2.228	(319)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(16.802)	(68.139)	(10.841)	(56.211)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de Hedge	(67.956)	13.563	(40.784)	(2.690)
Total de IRPJ/CSLL	(84.758)	(54.576)	(51.625)	(58.901)
Alíquota Efetiva (%)	20,05	26,83	12,21	28,96
a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	20.516	166.501	13.069	143.767
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	-	80	-	64
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	20.516	166.581	13.069	143.831
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(20.650)	(212.422)	(9.671)	(134.040)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	(134)	(45.841)	3.398	9.791

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

Especificação	31.03.2019	31.03.2018 (Reapresentado)
Resultado Antes dos Tributos e Participações	440.125	228.303
Encargo total de 40% - IRPJ (25%) e CSLL (15%)	(176.050)	(102.736)
Demonstrativo de Carga Tributária:		
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(136.383)	(113.477)
Acréscimo/Decréscimo aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes:	(39.667)	10.741
PLR/JCP	(34.217)	(11.201)
Outras Rendas / FNE/Del Credere/Operações Repasse-Lei 7827-ART. 9º-A	(5.872)	(3.481)
Diferenças Temporárias - Outras Provisões (Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Outras Causas)	(33)	1.136
Diferenças Temporárias - Operações c/Reembolso Maior que 10 anos	227	19.174
Diferença de Alíquota - CSLL (de 20% para 15%) ⁽¹⁾	-	13.018
Receitas Tributadas em Meses Anteriores	-	(5.524)
Demais (Incentivos Fiscais, Adições/Exclusões Permanentes)	228	(2.381)
Total da Carga Tributária Conciliada	(176.050)	(102.736)

⁽¹⁾ No ano de 2018 a alíquota da CSLL era 20%, e o encargo total: 45%

c) Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

Os Créditos tributários de IRPJ e CSLL oriundos de diferenças temporárias das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), Provisões para Benefícios Pós-Emprego, Rendas a apropriar (RAP), Provisão do Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) e Provisões Contingenciais (Trabalhista, Cível, Fiscal e Outras Causas) - são registrados conforme disposições das principais normas, quais sejam: Resolução do

Notas Explicativas

CMN nº 3.059, de 20.12.2002, Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002 e são fundamentados em Estudos Técnicos sobre Constituição de Ativos e Passivos Fiscais Diferidos, realizados semestralmente.

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001, foram constituídos créditos tributários sobre ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Especificação	31.03.2019		31.12.2018		31.03.2019	31.12.2018
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões (PCLD)						
Saldo Inicial	711.030	426.632	802.220	526.293	1.137.662	1.328.513
Constituição	65.179	39.107	247.077	148.260	104.286	395.337
Realização/Reversão	(130.594)	(78.367)	(338.267)	(247.921)	(208.961)	(586.188)
Saldo Final (Nota 10.d)	645.615	387.372	711.030	426.632	1.032.987	1.137.662
b) Rendas a Apropriar - Operações sem processo Judicial						
Saldo Inicial	2.101	1.261	-	-	3.362	-
Constituição	-	-	2.708	1.753	-	4.461
Realização/Reversão	(110)	(66)	(607)	(492)	(176)	(1.099)
Saldo Final	1.991	1.195	2.101	1.261	3.186	3.362
c) Provisões Atuariais						
Saldo Inicial	269.396	161.638	257.640	154.584	431.034	412.224
Constituição	12.874	7.725	14.480	8.689	20.599	23.169
Realização/Reversão	(9.713)	(5.828)	(2.724)	(1.635)	(15.541)	(4.359)
Saldo Final (Notas 3 e10.d)	272.557	163.535	269.396	161.638	436.092	431.034
d) Provisão para Programa de Incentivo ao Desligamento						
Saldo Inicial	14.667	8.800	-	-	23.467	-
Constituição	99	60	14.667	8.800	159	23.467
Realização/Reversão	(4.638)	(2.783)	-	-	(7.421)	-
Saldo Final	10.128	6.077	14.667	8.800	16.205	23.467
e) Provisões Contingenciais						
Saldo Inicial	98.781	59.268	81.083	48.650	158.049	129.733
Constituição	9.641	5.785	44.261	26.556	15.426	70.817
Realização/Reversão	(5.605)	(3.363)	(26.563)	(15.938)	(8.968)	(42.501)
Saldo Final	102.817	61.690	98.781	59.268	164.507	158.049
f) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)						
Saldo Inicial	5.398	3.239	-	-	8.637	-
Constituição	308	185	16.906	10.143	493	27.049
Realização/Reversão	(5.398)	(3.239)	(11.508)	(6.904)	(8.637)	(18.412)
Saldo Final (Nota 7.c)	308	185	5.398	3.239	493	8.637
g) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	-	-	3.128	1.877	-	5.005
Constituição	409	245	7.141	4.284	654	11.425
Realização/Reversão	(409)	(245)	(10.269)	(6.161)	(654)	(16.430)
Saldo Final (Nota 7.c.1)	-	-	-	-	-	-
Efeito no Patrimônio Líquido						
h) TVM						
Saldo Inicial	173.455	106.009	164.744	105.550	279.464	270.294
Constituição	20.300	12.203	115.601	69.017	32.503	184.618
Realização/Reversão	(25.780)	(15.476)	(106.890)	(68.558)	(41.256)	(175.448)
Saldo Final (Nota 7.a.1)	167.975	102.736	173.455	106.009	270.711	279.464
i) Ajustes de Avaliação Atuarial						
Saldo Inicial	287.503	172.503	217.365	130.420	460.006	347.785
Constituição	166	100	117.019	70.212	266	187.231
Realização/Reversão	-	-	(46.881)	(28.129)	-	(75.010)
Saldo Final (Nota 10.d)	287.669	172.603	287.503	172.503	460.272	460.006

Notas Explicativas

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
1. Total das Diferenças Temporárias	6.135.663	6.680.096	6.135.663	6.680.096
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.533.916	1.670.024	922.301	1.003.950
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	1.320.778	1.383.478	792.471	830.102
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	168.283	178.853	102.921	109.248
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) ⁽¹⁾	1.489.061	1.562.331	895.392	939.350
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	44.855	107.693	26.909	64.600

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "Outros Créditos-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos elaborado semestralmente

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa-PCLD, na posição de 31.03.2019, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) ⁽¹⁾	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	6,40	190.033	181.394	114.020	108.836	304.053	290.230
2020	7,51	99.217	88.091	59.530	52.855	158.747	140.946
2021	7,82	52.055	42.865	31.233	25.719	83.288	68.584
2022	7,74	49.533	37.858	29.720	22.715	79.253	60.573
2023	7,67	118.882	84.390	71.329	50.634	190.211	135.024
2024	7,67	60.820	40.098	36.492	24.059	97.312	64.157
2025	7,67	22.664	13.878	13.598	8.327	36.262	22.205
2026	7,67	20.185	11.480	12.111	6.888	32.296	18.368
2027	7,67	16.040	8.472	9.624	5.083	25.664	13.555
2028	7,67	13.170	6.461	7.905	3.878	21.075	10.339
Acima de 2028	7,67	3.016	1.374	1.810	825	4.826	2.199
Total		645.615	516.361	387.372	309.819	1.032.987	826.180

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.03.2019.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de Rendas a Apropriar, na posição de 31.03.2019, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) ⁽¹⁾	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	6,40	633	604	380	362	1.013	966
2020	7,51	867	770	520	462	1.387	1.232
2021	7,82	338	278	203	167	541	445
2022	7,74	136	104	82	63	218	167
2023	7,67	17	12	10	7	27	19
Total		1.991	1.768	1.195	1.061	3.186	2.829

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.03.2019.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de Provisões Atuariais, na posição de 31.03.2019, estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	23.452	23.452	14.071	14.071	37.523	37.523
2020	30.170	30.170	18.102	18.102	48.272	48.272
2021	29.374	29.374	17.625	17.625	46.999	46.999
2022	28.642	28.642	17.185	17.185	45.827	45.827
2023	27.885	27.885	16.731	16.731	44.616	44.616
2024	27.088	27.088	16.253	16.253	43.341	43.341
2025	26.284	26.284	15.771	15.771	42.055	42.055
2026	25.466	25.466	15.280	15.280	40.746	40.746
2027	24.633	24.633	14.780	14.780	39.413	39.413
2028	23.906	23.906	14.344	14.344	38.250	38.250
Acima de 2028	293.326	293.326	175.996	175.996	469.322	469.322
Total	560.226	560.226	336.138	336.138	896.364	896.364

Notas Explicativas

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de Provisão para o Programa de Incentivo ao Desligamento - PID, na posição de 31.03.2019, estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	10.128	10.128	6.077	6.077	16.205	16.205
Total	10.128	10.128	6.077	6.077	16.205	16.205

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de Provisões Contingenciais (Trabalhista, Cível, Fiscal e Outras Causas), na posição de 31.03.2019, estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	4.329	4.329	2.597	2.597	6.926	6.926
2020	4.329	4.329	2.597	2.597	6.926	6.926
2021	20.386	20.386	12.232	12.232	32.618	32.618
2022	8.269	8.269	4.962	4.962	13.231	13.231
2023	30.726	30.726	18.436	18.436	49.162	49.162
2024	8.529	8.529	5.118	5.118	13.647	13.647
2025	4.329	4.329	2.597	2.597	6.926	6.926
2026	13.262	13.262	7.957	7.957	21.219	21.219
2027	4.329	4.329	2.597	2.597	6.926	6.926
2028	4.329	4.329	2.597	2.597	6.926	6.926
Total	102.817	102.817	61.690	61.690	164.507	164.507

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, dos instrumentos financeiros derivativos e de item objeto de hedge apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen n°s 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos, conforme abaixo:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	32.880	32.880	21.680	21.680	54.560	54.560
2020	348	348	209	209	557	557
2021	396	396	237	237	633	633
2022	9.174	9.174	5.505	5.505	14.679	14.679
2023	371	371	222	222	593	593
2024	626	626	376	376	1.002	1.002
2025	29	29	17	17	46	46
2027	167	167	100	100	267	267
Acima de 2028	124.292	124.292	74.575	74.575	198.867	198.867
Total	168.283	168.283	102.921	102.921	271.204	271.204

Notas Explicativas

Os valores totais previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 31.03.2019 estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾
2019	261.455	252.787	158.825	153.623	420.280	406.410
2020	134.931	123.708	80.958	74.225	215.889	197.933
2021	102.549	93.299	61.530	55.980	164.079	149.279
2022	95.754	84.047	57.454	50.430	153.208	134.477
2023	177.881	143.384	106.728	86.030	284.609	229.414
2024	97.063	76.341	58.239	45.806	155.302	122.147
2025	53.306	44.520	31.983	26.712	85.289	71.232
2026	58.913	50.208	35.348	30.125	94.261	80.333
2027	45.169	37.601	27.101	22.560	72.270	60.161
2028	41.405	34.696	24.846	20.819	66.251	55.515
Acima de 2028	420.634	418.992	252.381	251.396	673.015	670.388
Total	1.489.060	1.359.583	895.393	817.706	2.384.453	2.177.289

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.03.2019.

d) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	31.03.2019'		31.12.2018		31.03.2019	31.12.2018
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	-	-	3.155	1.893	-	5.048
Constituição	409	245	7.217	4.330	654	11.547
Realização/Reversão	(409)	(245)	(10.372)	(6.223)	(654)	(16.595)
Saldo Final (Notas 7.c e 16.d)	-	-	-	-	-	-
b) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	103.935	62.359	73.219	46.460	166.294	119.679
Constituição	1.593	955	31.288	17.649	2.548	48.937
Realização/Reversão	-	-	(572)	(1.750)	-	(2.322)
Saldo Final (Nota 16.d)	105.528	63.314	103.935	62.359	168.842	166.294
c) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	5.615	3.369	-	-	8.984	-
Constituição	308	185	17.197	10.318	493	27.515
Realização/Reversão	(5.615)	(3.369)	(11.582)	(6.949)	(8.984)	(18.531)
Saldo Final (Notas 7.c.1 e 16.d)	308	185	5.615	3.369	493	8.984
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	-	-	80	64	-	144
Constituição	-	-	-	-	-	-
Realização/Reversão	-	-	(80)	(64)	-	(144)
Saldo Final (Nota 16.d)	-	-	-	-	-	-
e) TVM						
Saldo Inicial	64.156	39.065	24.848	15.139	103.221	39.987
Constituição	133.283	80.934	218.603	132.348	214.217	350.951
Realização/Reversão	(97.193)	(58.403)	(179.295)	(108.422)	(155.596)	(287.717)
Saldo Final (Notas 7.a.1 e 16.d)	100.246	61.596	64.156	39.065	161.842	103.221

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e Item Objeto de Hedge pelo valor presente serão baixadas de acordo com cronograma abaixo:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	7.544	7.544	5.974	5.974	13.518	13.518
2022	169	169	102	102	271	271
2023	2.593	2.593	1.556	1.556	4.149	4.149
2024	82	82	49	49	131	131
Acima de 2028	90.166	90.166	54.100	54.100	144.266	144.266
Total	100.554	100.554	61.781	61.781	162.335	162.335

Notas Explicativas

O cronograma de realização das provisões, apuradas pelo valor presente, sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei 9.430/96 será realizado de acordo com o reembolso pactuado nas renegociações. O cronograma de realização na posição 31.12.2018, segue abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média ⁽¹⁾	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	6,40	14.477	13.819	8.686	8.291	23.163	22.110
2020	7,51	17.638	15.660	10.583	9.396	28.221	25.056
2021	7,82	15.463	12.734	9.278	7.640	24.741	20.374
2022	7,74	14.307	10.935	8.584	6.561	22.891	17.496
2023	7,67	13.260	9.413	7.955	5.648	21.215	15.061
2024	7,67	10.426	6.874	6.256	4.124	16.682	10.998
2025	7,67	7.243	4.435	4.346	2.661	11.589	7.096
2026	7,67	2.790	1.586	1.673	952	4.463	2.538
2027	7,67	1.954	1.032	1.172	619	3.126	1.651
2028	7,67	1.360	667	815	400	2.175	1.067
Acima de 2028	7,67	6.610	3.012	3.966	1.807	10.576	4.819
		105.528	80.167	63.314	48.099	168.842	128.266

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.03.2019.

Os valores totais das provisões dos Passivos Tributários, previstos para baixa, na posição de 31.03.2019, estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾
2019	22.021	21.363	14.660	14.265	36.681	35.628
2020	17.638	15.660	10.583	9.396	28.221	25.056
2021	15.463	12.734	9.278	7.640	24.741	20.374
2022	14.476	11.104	8.686	6.663	23.162	17.767
2023	15.853	12.006	9.511	7.204	25.364	19.210
2024	10.508	6.956	6.305	4.173	16.813	11.129
2025	7.243	4.435	4.346	2.661	11.589	7.096
2026	2.790	1.586	1.673	952	4.463	2.538
2027	1.954	1.032	1.172	619	3.126	1.651
2028	1.360	667	815	400	2.175	1.067
Acima de 2028	96.776	93.178	58.066	55.907	154.842	149.085
Total	206.082	180.721	125.095	109.880	331.177	290.601

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.03.2019.

e) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(70.298)	(68.698)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(8.820)	(7.449)
Outros Valores	(930)	(824)
Total (Nota 20.e)	(80.048)	(76.971)

Notas Explicativas

NOTA 22 – Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	31.03.2019		31.12.2018	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a) Provisão para Contingências				
a.1) Fiscais (Nota 22 f.1.i)	3.317.364	16.095	3.211.433	15.769
i) Obrigação Legal	10.620	10.620	2.022	2.022
ii) Outras Obrigações-Diversas	3.307.782	5.474	3.209.411	13.747
Provável	5.474	5.474	13.747	13.747
Possível	3.143.588	-	3.048.220	-
Remota ⁽¹⁾	158.720	-	147.444	-
a.2) Trabalhistas	496.740	220.251	482.297	206.531
Provável (Nota 22 f.1.ii)	220.251	220.251	206.531	206.531
Possível	147.630	-	153.255	-
Remota	128.859	-	122.511	-
a.3) Causas Cíveis	6.849.112	148.376	6.593.396	146.964
Provável (Nota 22 f.1.iii)	148.376	148.376	146.964	146.964
Possível	1.033.369	-	938.909	-
Remota ⁽²⁾	5.667.367	-	5.507.523	-
a.4) Outras Contingências (Nota 22 f.1.iv)	973.679	33.056	946.799	32.466
i) Operações Securitizadas ⁽³⁾	5.469	5.469	5.620	5.620
ii) Outras	968.210	27.587	941.179	26.846
Provável	27.587	27.587	26.846	26.846
Possível	17.247	-	16.964	-
Remota	923.376	-	897.370	-

⁽¹⁾ O montante de contingência passiva relacionada às causas fiscais classificadas como risco remoto está concentrado em 01 (um) processo que apresenta saldo de R\$ 125.002, na posição de 31.03.2019 (R\$ 123.534 em 31.12.2018).

⁽²⁾ O montante de contingência passiva relacionada às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 04 (quatro) processos que apresentam saldo de R\$ 3.385.767, na posição de 31.03.2019. Discriminação dos processos: i) contribuição extraordinária de benefício pós-emprego e pagamento de honorários advocatícios, R\$ 2.090.591 em 31.03.2019 (R\$ 2.008.363 em 31.12.2018); ii) lucro cessante e pagamento de taxa administrativa, R\$ 596.453 em 31.03.2019 (R\$ 343.796 em 31.12.2018); iii) pagamento de multa, por inclusão indevida em sistema de restrição cadastral R\$ 451.524 em 31.03.2019. (R\$ 433.764, em 31.12.2018); iv) repetição de indébito, indenização por danos morais e lucros cessantes, R\$ 247.199 em 31.03.2019 (R\$ 237.476 em 31.12.2018).

⁽³⁾ Refere-se ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, que se encontram registradas em contas de compensação

- b) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco.
- c) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no quadro acima, têm como objeto de discussão os tributos municipais e federais.
- d) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal

Cinco ações que visam desconstituir auto de infração. As estimativas de perdas financeiras perfazem R\$ 2.867.045 na data base de 31.03.2019 (R\$ 2.793.275 em 31.12.2018).

Cível

Ação que visa indenização por danos morais e pagamento de honorários. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.03.2019, o montante de R\$ 147.887 (R\$ 142.070 em 31.12.2018).

Ação que visa pagamento de honorários advocatícios. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.03.2019, R\$ 70.561 (não havia contingência para o processo em 31.12.2018).

Ação que visa indenização por danos materiais. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.03.2019, R\$ 71.314 (R\$ 68.509 em 31.12.2018).

Notas Explicativas

Ação que visa repetição de indébito. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.03.2019, R\$ 47.193 (R\$ 45.337 em 31.12.2018).

Ação que visa indenização por danos morais e materiais. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.03.2019, R\$ 46.480 (R\$ 45.337 em 31.12.2018).

Ação que visa restituição de pagamento. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.03.2019, R\$ 43.784 (R\$ 42.062 em 31.12.2018).

Ação iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.03.2019, R\$ 55.438 (R\$ 55.438 em 31.12.2018).

- e) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas, estão assim representados:

Especificação	31.03.2019	31.12.2018
Demandas Trabalhistas	86.612	85.759
Demandas Fiscais	135.817	134.917
Demandas Cíveis	100.622	77.490
Total⁽¹⁾	323.051	298.166

⁽¹⁾ Atualização Monetária dos saldos de depósitos judiciais importaram em R\$ 3.267 (R\$ 12.716 em 31.12.2018).

Movimentação das Provisões

f.1) Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras

Especificação	31.03.2019					31.12.2018				
	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão	Baixa	Saldo Final	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão	Baixa	Saldo Final
i) Fiscais (Notas 16.i e 22.a.1)	15.769	597	(271)	-	16.095	13.328	4.967	(922)	(1.604)	15.769
ii) Trabalhistas (Notas 16.i e 22.a.2)	206.531	18.827	(2.992)	(2.115)	220.251	169.253	62.968	(15.118)	(10.571)	206.531
iii) Cíveis (Notas 16.i e 22.a.3)	146.964	18.154	(11.925)	(4.817)	148.376	116.349	104.816	(26.183)	(48.017)	146.964
iv) Outras (Notas 16.i e 22.a.4)	32.466	1.140	(550)	-	33.056	33.154	4.970	(2.904)	(2.754)	32.466

Notas Explicativas

f.2) Provisões para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	31.03.2019				31.12.2018			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão/Utilização/Baixa	Saldo Final	Saldo inicial	Constituição	Reversão/Utilização/Baixa	Saldo Final
i) FNE (Notas 9.f e 16.i)	2.989.707	278.799	(334.861)	2.933.645	3.083.952	1.710.768	(1.805.013)	2.989.707
ii) FDNE (Notas 9.f e 16.i)	1.222	24	-	1.246	636	586	-	1.222
iii) Proagro (Notas 9.f e 16.i)	7	-	-	7	-	7	-	7

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em Reais)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	31.03.2019	31.12.2018
Máxima	42.894,21	42.780,80
Mínima	1.756,24	1.756,24
Média	11.182,64	11.237,39

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	231.738,23	354.431,69	17.708,76	21.522,91	16.623,18	21.311,69
Menor remuneração individual ⁽³⁾	171.426,69	179.073,27	13.569,96	16.492,56	13.569,96	14.044,28
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	194.075,50	275.486,28	15.409,43	16.052,21	14.791,25	15.214,57
Número de membros ⁽⁵⁾	6,67	6,33	6,00	7,33	5,00	6,00

⁽¹⁾ Valores aprovados em Assembleia Geral.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período, de cada órgão, pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.

Em 31.03.2019, o número de funcionários do Banco totalizava 6.934 (7.005 em 31.12.2018), registrando-se um decréscimo de 1,01% no quadro de pessoal.

NOTA 24 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução nº 4.424, do CMN, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as práticas e procedimentos contábeis adotados pelo Banco quanto aos benefícios pós-emprego.

a) Descrição dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar, um plano do tipo Benefício Definido (BD) e um plano de Contribuição Variável (BD + CD), administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), entidade fechada de previdência complementar.

a.1.1) Plano BD

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, que se encontra fechado ao ingresso de novos participantes desde 26/11/1999, oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes. Em termos gerais, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições

Notas Explicativas

pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano, até a data de aposentadoria do participante.

a.1.2) Plano CV I

O plano CV I, classificado na modalidade de contribuição variável, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria, e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD), e a segunda na forma de renda vitalícia, na modalidade Benefício Definido (BD).

O plano CV I só poderá vir a apresentar déficit ou superávit atuarial após o início da concessão dos benefícios não programados, invalidez e morte, ou dos benefícios programados em fase de renda vitalícia. O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos.

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed), denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

O plano natural está adaptado à Lei nº 9.656 de 03.06.1998, que regulamenta os planos de saúde no Brasil. A Camed encontra-se registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão regulador do setor, sob o número 38.569-7.

A Camed está sujeita à constituição de garantias financeiras estabelecidas pela ANS, para atendimento aos requisitos de Patrimônio Mínimo Ajustado exigido para operação, Margem de Solvência e constituição de Provisões Técnicas no que diz respeito a garantir os pagamentos à rede de prestadores de serviços, mediante vinculação de ativos garantidores na forma estabelecida pela regulamentação.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios um contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados já aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas por faixas etárias, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%, na forma do Acordo Coletivo de Trabalho 2018/2020. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. A cada semestre, o Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

a.4) Governança

São responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios. A Diretoria-Executiva é o órgão de administração da Capef, cabendo-lhe executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto da Capef, nos

Notas Explicativas

regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão. O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O corpo social, composto pelos associados, é o órgão supremo de decisão, com poderes para resolver todos os assuntos e negócios relativos ao pleno funcionamento e desenvolvimento da Camed. O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa. Cabe a Diretoria Executiva executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente no Estatuto da Camed e nos regulamentos internos. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, precipuamente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

Os membros dos órgãos estatutários das duas Entidades são escolhidos de forma a conferir representatividade aos Participantes, aos Beneficiários Assistidos e aos Patrocinadores, com base nos critérios estabelecidos em seus Estatutos.

a.5) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano. São realizados estudos que objetivam auxiliar os administradores do plano na escolha do portfólio mais adequado aos seus objetivos, levando em consideração as características e as particularidades dos ativos e a situação financeira do plano, permitindo-se que sejam feitos investimentos de longo prazo, sem comprometer as obrigações, bem como o atingimento da meta atuarial.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O gerenciamento de riscos acompanha as alterações nos cenários de exposição a que a Camed está sujeita.

b) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.03.2019, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos previdenciários, BD e CVI, ao plano de assistência médica, plano Natural, e ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido.

c) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinador)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), registrando em 31.03.2019, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.03.2018, 1:1).

Notas Explicativas

d) Exposição ao risco

Por meio de seus planos de benefícios pós-emprego, o Banco está exposto a uma série de riscos, principalmente, aos seguintes:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco Atuarial	É o risco do custo final dos benefícios adquiridos ser maior que os benefícios esperados. O Banco não possui alternativa a não ser aumentar suas contribuições ou persuadir os participantes a aceitar uma redução dos benefícios.
BD/ CV I/ Natural	Risco dos investimentos	Está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá gerar um aumento do passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco das premissas atuariais	Está relacionado à adoção de premissas atuarias não aderentes aos planos, quando do cálculo do valor presente da obrigação de benefício definido, resultando em impacto relevante no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Taxa de desconto	O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base nos rendimentos dos títulos públicos (NTN-B), conforme item 83 da Deliberação CVM nº 695. Diminuição nos rendimentos desses títulos ocasiona elevação no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Riscos de Expectativa de Vida	Os planos de benefícios pós-emprego oferecem benefícios vitalícios, logo, aumento na expectativa de vida resulta em elevação do passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural	Risco de Liquidez	É a possibilidade de ocorrer desequilíbrio entre os ativos negociados e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de dispor de recursos imediatos para pagamento dos benefícios, podendo acarretar contribuições adicionais do Banco.

e) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego

Especificação	BD	CV I	CAMED	SEGURO
Participantes	1.493	5.247	6.594	4.987
Assistidos (Aposentados válidos)	3.548	188	3.799	3.506
Assistidos (Aposentados inválidos)	171	3	-	-
Assistidos (Pensionistas)	1.184	39	1.203	-
TOTAL	6.396	5.477	11.596	8.493

f) Obrigação Líquida

Especificação	31.03.2019	31.12.2018
Plano BD (Notas 16.i e 28.a.2)	601.324	606.070
Plano Natural (Notas 16.i e 28.a.2)	1.490.405	1.474.370
Seguro de Vida (Notas 16.i e 28.a.2)	149.181	147.161

Notas Explicativas

g) Valores Reconhecidos no Resultado

Especificação	01.01 a 31.03.2019				01.01 a 31.03.2018			
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	Seguro de Vida	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	Seguro de Vida
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(710)	319	(4.813)	142	(2.088)	263	(4.616)	336
2. Juros Líquidos	(12.574)	-	(30.253)	(3.289)	(8.944)	-	(32.055)	(3.190)
3. Total (item 1 + item 2)	(13.284)	319⁽¹⁾	(35.066)⁽²⁾	(3.147)⁽²⁾	(11.032)	263	(36.671)⁽²⁾	(2.854)⁽²⁾

⁽¹⁾ Esse valor foi registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

⁽²⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: Plano Natural - 01.01 a 31.03.2019: R\$ 22; e 01.01 a 31.03.2018: R\$ 10 e Seguro de Vida em grupo - 01.01 a 31.03.2019: R\$ 2; e 01.01 a 31.03.2018: R\$ 2.

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
1. Contribuições (Parte CD) ⁽³⁾	(13.768)	(12.721)

⁽³⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: Plano CV I - 01.01 a 31.03.2019: R\$ 57; e 01.01 a 31.03.2018: R\$ 63.

As despesas administrativas do plano BD estão contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
1. Despesas Administrativas	(1.568)	(1.620)

h) Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido

Não há registro de ganhos (perdas) atuariais para os planos BD, Natural e Seguro de Vida em grupo, pois não foram realizadas avaliações atuariais nas datas-base de 31.03.2019 e 31.03.2018. No caso do plano CV I, os ganhos (perdas) atuariais registrados no período, referem-se ao efeito do teto do ativo, conforme abaixo:

Especificação	31.03.2019				31.03.2018			
		Plano CV I				Plano CV I		
Ganhos (Perdas) atuariais		(665)				(625)		

NOTA 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

- a) O Patrimônio Líquido do FNE, no montante de R\$ 84.183.878 (R\$ 82.046.352 em 31.12.2018), está registrado em conta de compensação do Banco, denominada "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados/FNE".
- b) As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R\$ 25.922.744 (R\$ 24.575.929 em 31.12.2018), registrados no título "Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" são remunerados pela taxa extramercado. No período, a despesa com remuneração dessas disponibilidades foi de R\$ 361.721 (R\$ 359.601 em 31.03.2018).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
 - c.2) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
 - c.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 147,

Notas Explicativas

de 05.04.2018. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base nas Leis nºs 12.716, de 21.09.2012 e 12.844, de 19.07.2013, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em "Provisão para Garantias Financeiras Prestadas" do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 31.03.2019 ⁽²⁾	Provisão em 31.12.2018 ⁽²⁾
AA	15.836.914	-	-
A	16.695.372	41.919	40.472
B	6.359.284	32.220	33.423
C	1.894.183	28.419	27.960
D	1.086.456	54.213	51.886
E	1.030.043	154.641	149.863
F	277.330	69.617	76.574
G	313.074	109.326	107.328
H	4.871.337	2.443.290	2.502.201
Total	48.363.993	2.933.645⁽¹⁾	2.989.707⁽¹⁾

⁽¹⁾ Em 31.03.2019, inclui R\$ 43.140 referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades (R\$ 46.587 em 31.12.2018)

⁽²⁾ Contemplam os efeitos das renegociações de operações de crédito, com base na Lei nº 13.340, de 28.09.2016, que autorizou a concessão de rebate e a repactuação de dívidas das operações de crédito rural contratadas até 31.12.2011, com recursos oriundos do FNE e recursos mistos do FNE com outras fontes.

- d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 376.774 (R\$ 325.865 em 31.03.2018).
- e) No período, a taxa de administração foi de R\$ 335.037 (R\$ 350.665 em 31.03.2018), calculada à base de 3% ao ano sobre o Patrimônio Líquido e apropriada mensalmente.
- f) A MP nº 812, convertida na Lei nº 13.682, de 19.06.2018, determinou as seguintes alterações, com vigência a partir de 2018:
- redução anual da taxa de administração à base de 0,3%, passando de 3% em 2018 para 1,5% a partir de 2023;
 - a base de cálculo é o Patrimônio Líquido do FNE, deduzido do saldo das disponibilidades de que trata o Artigo 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995, dos valores repassados ao Banco do Nordeste com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf de que tratam o Artigo 6º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, e o regulamento (MCR-10) do Programa (grupos A/Microcrédito, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem 98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio);
 - o Banco fará jus ao percentual de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos das disponibilidades de que trata o Art. 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995;
 - o montante a ser recebido pelo Banco em razão da taxa de administração, deduzido o valor da remuneração sobre as disponibilidades, poderá ser acrescido de até 20% (vinte por cento) com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo FNE ou com risco compartilhado entre o Banco e o Fundo, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário; e
 - a taxa de administração somada à remuneração sobre as disponibilidades ficam limitadas, em cada mês, a 20% (vinte por cento) do valor acumulado, até o mês de referência, das transferências de que trata a alínea c do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal, realizadas pela União.

Notas Explicativas

NOTA 26 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade ⁽¹⁾	31.03.2019	31.12.2018
Proger-Urbano Investimento	017/2006	315	373
Protrabalho Investimento	004/2007	102.088	107.606
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	001/2010	5.715	15.859
Total		108.118	123.838

As obrigações contraídas junto ao FAT, registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 38.523 (R\$ 66.154 em 31.12.2018) têm custo de captação com base na Taxa Média Selic (TMS) enquanto não aplicadas em operações de crédito. Com relação aos recursos liberados a remuneração é calculada com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para as operações contratadas até 31 de dezembro de 2017 e na Taxa de Longo Prazo (TLP) para os recursos relativos às operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2018, após a liberação para os mutuários finais e durante o período de vigência dos financiamentos. Os recursos disponíveis, remunerados com base na Taxa Média Selic, totalizam R\$ 12.929 (R\$ 29.249 em 31.12.2018).

As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat nºs 439/2005, 489/2006 e 801/2017, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade, acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais

Especificação	Tade ⁽¹⁾	Devolução de Recursos do FAT			31.03.2019		
		Forma ⁽²⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ou TLP ⁽⁴⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	11.346	180	193	21	214
FAT – Infraestrutura ⁽⁵⁾	18/2006	RA	34.996	768	-	-	-
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	12.433	179	4.174	18.738	22.912
PNMPO	01/2010	RA	62.987	989	8.562	6.835	15.397
Total (Nota 13.b e Nota 28.a.1)			121.762	2.116	12.929	25.594	38.523

Especificação	Tade ⁽¹⁾	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2018		
		Forma ⁽²⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	2.684	128	9.360	190	9.550
FAT – Infraestrutura ⁽⁵⁾	18/2006	RA	42.783	996	1.286	-	1.286
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	25.312	378	1.778	22.196	23.974
PNMPO	01/2010	RA	51.478	859	16.825	14.519	31.344
Total (Notas 13.b e 28.a.1)			122.257	2.361	29.249	36.905	66.154

⁽¹⁾ Tade: Termo de Alocação de Depósito Especial.

⁽²⁾ RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo total);

⁽³⁾ Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS);

⁽⁴⁾ Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para operações contratadas até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para operações contratadas a partir de 01.01.2018.

⁽⁵⁾ Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 27– Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado, de liquidez, da taxa de juros da carteira bancária – IRRBB e socioambiental. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Notas Explicativas

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos é unificada no nível estratégico e específica nos níveis de suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação das atividades. As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos são definidas, formalmente normatizadas e divulgadas no site de políticas e normas da instituição.

A atuação dessa estrutura leva em consideração o equilíbrio financeiro do banco e é pautada na política de integridade e ética da instituição e nos princípios de responsabilidade socioambiental, nas relações com seus clientes, parceiros, funcionários, acionistas, prestadores de serviços e sociedade.

Nesse propósito, a Gestão Integrada de Riscos do Banco do Nordeste incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da instituição. Disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais. Para isso, utiliza regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2019 a 2023, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 13.12.2018. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 4.557, de 23.02.2017. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal www.bnb.gov.br link "Sobre o Banco".

Política Corporativa de Gestão de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado, de liquidez, de taxa de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), de concentração e socioambiental. O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva, e do Conselho de Administração, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que realiza o gerenciamento integrado de riscos, em nível corporativo, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Bacen, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br link "Sobre o Banco".

Notas Explicativas

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Especificação	Exposição	
	31.03.2019	31.12.2018
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	38.297.619	37.950.059
Público	1.079.422	1.036.853
Privado	37.218.197	36.913.206
Comércio	3.873.881	3.923.129
Comércio Exterior	851.441	835.103
Indústria	6.984.153	7.223.793
Infraestrutura	9.413.689	8.855.282
Microfinança Urbana	3.220.351	3.288.408
Pessoas Físicas	132.329	129.389
Rural	8.179.734	8.079.973
Outros Serviços	4.562.619	4.578.129
Operações de Mercado	47.945.849	46.080.208
Títulos Públicos Federais	45.569.912	42.777.700
Operações Compromissadas	10.838.985	10.247.552
Outras	34.730.927	32.530.148
Depósitos Interfinanceiros	140.953	108.350
Outros Títulos e Valores Mobiliários	964.925	1.923.825
Outras Operações	1.270.059	1.270.333
Demais Ativos	4.990.585	5.414.501
Total	91.234.053	89.444.768

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, monitorar, avaliar, reportar, controlar e mitigar o risco, de forma a manter a exposição ao risco de crédito em conformidade com os parâmetros definidos na Declaração de Appetite por Riscos - RAS. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, metodologia para segregação do ativo de crédito em problemático e não problemático, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de cálculo de despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral ou pela Diretoria Executiva.

Todas as operações de crédito, com exposição a risco para o banco, são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 3.598.266 (R\$ 3.674.323 em 31.12.2018). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 5.789.573 (R\$ 4.518.315 em 31.12.2018).

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

Notas Explicativas

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		31.03.2019 (%)	31.12.2018 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	978,89	978,89
	Média dos últimos 12 meses	975,01	965,33
	Máximo dos últimos 12 meses	1.460,41	1.460,41
	Mínimo dos últimos 12 meses	720,43	720,43

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, assim como a redução de receitas financeiras e elevação de despesas financeiras, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- Value at Risk (VaR)* de operações ativas e passivas das carteiras de negociação;
- variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (ΔEVE) da carteira bancária;
- variação do resultado da intermediação financeira (ΔNII) da carteira bancária;
- mapa de requerimentos mínimos de capital;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Notas Explicativas

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
1% (um por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) como possibilidade de perda máxima da Carteira de Negociação; 15% (quinze por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (ΔEVE) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); 15% (quinze por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação do resultado da intermediação financeira (ΔNI) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); 5% (cinco por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR), como limite máximo de exposições em moeda estrangeira.	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para a área financeira;

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	6.591.572	6.581.838	(9.734)	6.572.263	(19.309)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(50.720)	(51.221)	(501)	(51.753)	(1.033)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	(1.451)	(1.451)	0	(1.452)	(1)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	119.443	114.189	(5.254)	109.374	(10.069)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	295.744	242.637	(53.107)	224.770	(70.974)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	280.757	277.485	(3.272)	274.335	(6.422)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(2.192.022)	(2.247.275)	(55.253)	(2.283.786)	(91.764)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	2.583.361	2.543.250	(40.111)	2.509.517	(73.844)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco de mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
Derivativos para Hedge	Aumento da taxa referencial B3 S.A DI x Dólar	Swap Dólar x DI	1.183.334	1.177.869	1.172.454
		Passivo em ME	(1.169.388)	(1.163.988)	(1.158.637)
		Exposição Líquida	13.946	13.881	13.817

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

O método empregado na análise de sensibilidade das operações de *hedge* consistiu na mensuração de variações da exposição líquida marcada a mercado entre as operações passivas indexadas ao dólar e as pontas ativas em dólar das operações de *swap*. A exposição líquida foi calculada para três cenários,

Notas Explicativas

permitindo a comparação entre eles. O cenário 1 utiliza as taxas de mercado, representando a situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as taxas divulgadas pela B3. Os cenários 2 e 3 são obtidos aplicando-se choques no cupom cambial utilizado no cenário 1, conforme descrição a seguir:

Cenário 1 – aplicação de 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – aplicação de 125% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 3 – aplicação de 150% da taxa de *swap* DI x Dólar.

e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, ou sistemas, incluindo o risco legal.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios da Instituição, tendo como referência maior as Resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de avaliação de riscos em processos, acompanhamento de ações de mitigação e relatórios gerenciais. Outra metodologia utilizada é a de autoavaliação de riscos e de controles em processos – *Risk and Control Self Assessment (RCSA)* que permite simular os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter visão ampliada dos riscos em processos e aprimoramento do seu gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 83.466 (R\$ 64.563 em 31.12.2018 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	31.03.2019	31.12.2018	Especificação	31.03.2019	31.12.2018
Disponibilidades	7.857	3.879	Depósitos	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	29.121	45.188	Relações Interdependências	9.400	7.996
Operações de Crédito	520.923	569.098	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	64.836	66.964
Outros Créditos	897.345	879.154	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	1.746.314	1.729.785
			Outras Obrigações	906.539	905.756
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.455.246	1.497.319	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	2.727.089	2.710.501
Operações de <i>Swap</i>	1.188.377	1.148.619			
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	2.643.623	2.645.938	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	2.727.089	2.710.501

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos (5% do Patrimônio de Referência).

Notas Explicativas

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 31.03.2019, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 13,86% (13,55% em 31.12.2018) e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 9,48% (9,00% em 31.12.2018). O PR apurado foi de R\$ 6.954.363 (R\$ 6.541.685 em 31.12.2018), o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 4.671.759 (R\$ 4.279.871 em 31.12.2018), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 49.275.434 (R\$ 47.553.157 em 31.12.2018).

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	31.03.2019	31.12.2018
Patrimônio de Referência (PR)	6.954.363	6.541.685
. Nível I	4.671.759	4.279.871
. Capital Principal	4.671.759	4.279.871
. Nível II	2.282.604	2.261.814
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	49.275.435	47.553.157
. Parcela RWACPAD	38.727.866	37.903.465
. Parcela RWACAM	91.935	75.752
. Parcela RWAJUR	107.663	106.481
. Parcela RWACOM	4.250	4.812
. Parcela RWAOPAD	10.343.721	9.462.647
Margem sobre o PR Requerido	3.012.328	2.440.226
Capital para o Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	70.846	63.881
Margem sobre o PR Requerido Considerando o IRRBB	2.941.483	2.376.344
Margem sobre o PR Nível I Requerido	1.715.233	1.426.681
Margem sobre o Capital Principal Requerido	2.454.364	2.139.979
Adicional de Capital Requerido- ACP (2,5%)⁽¹⁾	1.231.886	891.622
Margem sobre o Adicional de Capital Requerido	483.347	535.060
Margem para Novos Negócios	6.041.836	6.203.591
Índices de Basileia:		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	9,48%	9,00%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	9,48%	9,00%
. Índice de Patrimônio de Referência (Requerimento mínimo de 8,0%) ⁽²⁾	14,11%	13,76%
. Índice de Patrimônio de Referência incluindo IRRBB	13,86%	13,55%

⁽¹⁾ em dezembro/2018 era 1,875%.

⁽²⁾ em dezembro/2018 era 8,625%.

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	31.03.2019	31.12.2018
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	6.954.363	6.541.685
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	4.671.759	4.279.871
Capital Principal	4.671.759	4.279.871
Capital Social	2.844.000	2.844.000
Reservas de Lucros	2.277.391	2.277.391
Reservas de Capital e de Reavaliação	11.592	11.592
Contas de Resultado Credoras	3.103.624	-
Contas de Resultado Devedoras	(2.817.185)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(852.450)	(950.962)
Perdas ou Prejuízos Acumulados	(68.240)	-
Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal	1.000.000	1.000.000
Ajustes Prudenciais	(826.973)	(902.150)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(19.947)	(19.947)
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(803.900)	(850.937)
Ajuste Prudencial – Diferença a Menor – Ajustes Res. CMN nº 4.277	(3.126)	(31.266)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	2.282.604	2.261.814
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.282.604	2.282.604
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	-	(20.790)

Notas Explicativas

Os contratos de Dívida Subordinada firmados junto ao FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, do CMN, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização.

O Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, contratado com a União Federal, compõe o Patrimônio de Referência (PR) Nível I, na condição de Capital Principal do Banco, conforme autorização do Bacen.

iii. Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem, conforme metodologia aprovada pela Circular Bacen nº 3.748, de 27.02.2015, corresponde ao resultado da divisão do PR de Nível I, pela Exposição Total. A Razão de Alavancagem do Banco está demonstrada no quadro abaixo:

Especificação	31.03.2019	31.12.2018
PR Nível I	4.671.759	4.279.871
Exposição Total	92.049.376	90.347.459
Razão de Alavancagem (%)	5,08	4,74

iv. Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Banco, calculado na forma das disposições da Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, encontra-se demonstrado a seguir:

Especificação	31.03.2019	31.12.2018
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	6.954.363	6.541.685
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	3.477.181	3.270.842
Situação	170.996	173.054
Margem	3.306.185	3.097.789
Índice de imobilização	2,46%	2,65%

NOTA 28 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

A política de transações com partes relacionadas do Banco foi aprovada pelo Conselho de Administração em 28.02.2018 e divulgada ao mercado. Dentre outras, a política dispõe que na realização de transações com partes relacionadas sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses.

No período, o Banco realizou transações bancárias com as partes relacionadas, tais como, depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações financeiras e operações de crédito.

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.03.2019	31.12.2018
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Notas 13.b e 26)	38.523	66.154
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.b)	1.201.157	1.222.018
Tesouro Nacional	486	482
BNDES	1.139.602	1.155.450
Finame	61.069	66.086
Outras Obrigações	30.147.214	28.755.883
FNE (Nota 16.f)	25.932.444	24.585.592
FDNE	700.362	697.939
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	101.211	102.906
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 16.g e 17)	1.000.000	1.000.000
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Notas 16.h e 18)	2.413.197	2.369.446
Total	31.386.894	30.044.055

Notas Explicativas

a.2) Apresentam-se a seguir, os saldos das obrigações com Planos de Benefícios Pós-Emprego:

Especificação	31.03.2019	31.12.2018
Benefícios Pós-Emprego – Catef Plano BD (Notas 16.i e 24.f)	601.324	606.070
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural (Notas 16.i e 24.f)	1.490.405	1.474.370
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida (Notas 16.i e 24.f)	149.181	147.161
Total	2.240.910	2.227.601

a.3) As principais receitas e despesas com partes relacionadas estão relacionadas abaixo:

Especificação	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
Depósitos a Prazo - FAT	(26.232)	(27.642)
Tesouro Nacional	(5)	(6)
BNDES	(20.015)	(32.171)
Finame	(585)	(967)
FMM	(4.156)	(3.276)
FNE	70.537	85.769
FDNE	6.469	7.398
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(63.293)	(25.881)
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(43.751)	(37.913)
Benefícios Pós-Emprego – Catef Plano BD	(14.852)	(12.652)
Benefícios Pós-Emprego – CV I	(13.392)	(12.395)
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural	(35.043)	(36.660)
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida	(3.144)	(2.852)

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018
Honorários	1.075	1.423
Diretoria	926	1.241
Conselho de Administração	81	98
Conselho Fiscal	68	84
Outros	323	452
Total dos Benefícios de Curto Prazo	1.398	1.875
Benefícios Pós-Emprego	63	79
Total	1.461	1.954

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Planos de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

O Banco não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal-chave da administração, conforme normas vigentes.

NOTA 29 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2018 Reapresentado
Lucro Líquido	286.439	109.308
Outros Resultados Abrangentes	98.512	38.803
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	166.285	65.900
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(67.374)	(26.899)
Realização da Reserva de Reavaliação	-	322
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-	(145)
Ganhos ou Perdas Atuariais	(399)	(375)
Resultado Abrangente	384.951	148.111

Notas Explicativas

NOTA 30 – Outras Informações

a) Declaração de Conformidade

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das Demonstrações Financeiras Intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

b) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva, por meio de reunião realizada em 29 de abril de 2019.

Fortaleza (CE), 29 de abril de 2019.

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do Auditor Independente sobre a Revisão das Informações Trimestrais - ITR

Ao
Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, as informações correspondentes a demonstrações do resultado, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações do valor adicionado e notas explicativas foram alteradas em relação àquelas demonstrações financeiras intermediárias anteriormente divulgadas relativas ao período findo em 31 de março de 2018, pelas razões mencionadas na referida Nota Explicativa nº 3 e, portanto, estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil - BACEN. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

São Paulo, 15 de maio de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC- 1SP184050/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso VI, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor das demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de março de 2019.

Fortaleza, 29 de abril de 2019

DIRETORIA: Romildo Carneiro Rolim (Presidente) – Antônio Rosendo Neto Júnior (Diretor de Negócios) – Claudio Luiz Freire Lima (Diretor de Administração e Diretor Financeiro e de Crédito) – Nicola Moreira Miccione (Diretor de Controle e Risco) – Perpétuo Socorro Cajazeiras (Diretor de Planejamento)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso V, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor do Relatório, exarado em 15 de maio de 2019, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de março de 2019.

Fortaleza, 15 de maio de 2019

DIRETORIA: Romildo Carneiro Rolim (Presidente) – Antônio Rosendo Neto Júnior (Diretor de Negócios) – Claudio Luiz Freire Lima (Diretor de Administração e Diretor Financeiro e de Crédito) – Nicola Moreira Miccione (Diretor de Controle e Risco) – Perpétuo Socorro Cajazeiras (Diretor de Planejamento)